

# Resgatar 26



1969 – Julho.9

Na fortaleza de São José da Amura, o CCFAG brigadeiro António de Spínola reage ao diploma sobre a reestruturação de atribuições aos comandantes-chefes ultramarinos e envia ao MDN uma carta, sugerindo que naquele teatro-de-operações, alguns destacamentos de quadrícula sejam substituídos por unidades especiais formadas em Lamego (*comandos*), Tancos (*pára-quedistas*) ou Vale de Zebro (*fuzileiros especiais*).

– «A primeira ideia que os seus conselheiros lhe meteram na cabeça, era a de que à guerra do “bate-e-foge” só se podia responder com outra guerra semelhante; e que, portanto, se tornava preciso organizar em território português um grupo armado para lutar contra Sekou Touré que, a cada ataque do PAIGC em território português, respondesse com ataque igual em território da antiga Guiné Francesa, inventando-se em Paris ou em Genebra um qualquer governo da Guiné livre, capaz de justificar e legitimar internacionalmente essas acções. Semelhante táctica, que poderia ser correcta se fosse bem pensada e executada, necessitava porém de muito tempo e de muito trabalho árduo e político. Não servia a Spínola que, a rondar os 60 anos, via aproximar-se temerosamente a situação de reserva, o final do mandato de Thomaz que a seu parecer não devia ser reeleito, o fantasma de uma vida militar interrompida sem marechalato e sem os coxins de Belém. Perante tão tristes fados, não lhe bastando as legítimas acções de perseguição do inimigo que o obrigavam a internar-se em território dos países limítrofes, reencarnou MacArthur e os falcões do Vietnam, propondo-se atacar terrenos de Sekou Touré.»<sup>1</sup>

Por essa ocasião em Fátima Mandinga, o comandante do COE (Centro de Operações Especiais) major Firmino Miguel dá início à formação dos (futuros) comandos africanos.

– «1969.07 - Início da preparação [i.e. da ideia] da Operação Mar Verde, destinada a derrubar o regime de Sekou Touré da Guiné-Conackry.»<sup>2</sup>

– «Há em todo este obscuro acontecimento, uma realidade: nada ter sido dito ao chefe do Estado, antes de realizada a operação; e, se a versão do livro [publicado pelo capitão-tenente FZE Alpoim Calvão em 1976], é de facto exacta, não se procurou conhecer o seu ponto de vista nem a sua reacção. [...] O chefe do Estado reprovaria o atentado [à soberania da República da Guiné-Conackry], ao contrário do que sucedia com as incursões das tropas portuguesas nos territórios vizinhos, quando em perseguição de terroristas que deles partiam e neles se refugiavam, com o consentimento dos respectivos governos. Duas atitudes completamente diferentes: uma abusiva, se foi tomada; e a outra lógica e plenamente justificada.»<sup>3</sup>

Pouco depois na subdelegação provincial da PIDE em Bissau, o subinspector Armindo Ferreira da Silva recebe notícia da sua substituição na chefia, pelo inspector-adjunto Alberto Henrique Matos Rodrigues, transferido da delegação de Lourenço Marques.

<sup>1</sup> (Múrias, op.cit pp.260/1); <sup>2</sup> (Afonso e Gomes, op.cit pp.588); <sup>3</sup> (Thomaz, op.cit pp.136)

[...]

1969 – Agosto.30

No Grande Hotel do Buçaco, o governador e comandante-chefe da Guiné brigadeiro Spínola recebe a inesperada visita do comandante do COP3 capitão-tenente FZE Alpoim Calvão que, após breve relato sobre a recente Operação Nebulosa, apresenta um plano para destruir no porto de Conackry as embarcações do PAIGC que têm servido para abastecer os grupos que actuam no sudoeste da Guiné.

– «*Tratava-se de eliminar os barcos do PAIGC na própria base principal, isto é, Conackry. [...] Faltava contudo o material explosivo: não dispunhamos de minas-lapa; havia no entanto a possibilidade de as obter na África do Sul. O governador aprovou a ideia e o comandante Calvão regressou a Lisboa para tratar da deslocação. Avistou-se com o CEMA vice-almirante Armando [Júlio] de Robredo [e Silva]<sup>1</sup>, a quem apresentou o assunto, e que imediatamente concordou com a viagem à África do Sul, facilitando o apoio logístico. [...] Era necessário solucionar outro problema: necessitavam-se planos actualizados do porto de Conackry, que não existiam no ComDefMarG. Foram-se vasculhando discretamente os navios mercantes nacionais e estrangeiros que tocavam Bissau, até que num deles se descobriu um plano aceitável, se bem que desactualizado.*»<sup>2</sup>

<sup>1</sup> (no cargo desde 14Abr61, em breve passa à reforma por limite de idade e integra o círculo eleitoral da UN pelo distrito da Guarda, sendo eleito deputado em 26Out69; para o lugar de CEMA é nomeado o contra-almirante Ornelas e Vasconcelos); <sup>2</sup> (Calvão, op.cit pp.64,65)

[...]

1969 – Setembro.4

No aeroporto de Joanesburgo, desembarcam o capitão-tenente FZE Alpoim Calvão e o inspector-adjunto da PIDE Matos Rodrigues, chefe da subdelegação provincial da Guiné.

– «*Nos primeiros dias de Setembro de 1969, embarcou [no aeroporto da Portela] o comandante Calvão num avião da TAP rumo ao aeroporto de Jan Smuts, na companhia do inspector-adjunto Matos Rodrigues, cujos anteriores contactos [na delegação de Lourenço Marques] com as autoridades sul-africanas, poderiam ser de grande auxílio. Os homens do Bureau of State Security (BOSS) acolheram os nossos enviados muito hospitaleiramente e dois dias depois eram recebidos pelo chefe do BOSS. Exposto o problema obteve-se um acolhimento muito favorável, de tal forma que na manhã seguinte um major informava que nos iam ser fornecidas algumas minas-lapa. Para evitar maiores demoras, o comandante Calvão trouxe os engenhos explosivos como bagagem de mão no Boeing de regresso. O material seguiu para Bissau.*»<sup>1</sup>

<sup>1</sup> (Calvão, op.cit pp.64/5)

[...]

1969 – Setembro.17

Durante a madrugada ao largo do porto de Conackry, a LFG Cassiopeia – sob comando do capitão-tenente Camacho de Campos e com um grupo de fuzileiros especiais a bordo –, procede a rápida incursão de reconhecimento e regressa à fronteira marítima sul da Guiné portuguesa sem ser detectada.

– «*O comandante [do COP3 capitão-tenente FZE Alpoim] Calvão propôs [no final da 2ª semana de Set69] ao comandante da Defesa Marítima [e CCFAG interino], comodoro Luciano [Ferreira] Bastos [da Costa e Silva], que se fizesse uma incursão a Conackry para actualização do plano [de preparação para a “Operação Mar Verde”]. Obtida a concordância superior, embarcou na LFG Cassiopeia (capitão-tenente Camacho de Campos) em meados de Setembro, rumo à ilha João Vieira onde se procedeu ao disfarce do navio. [...] Pelas 00:00 do dia 17 de Setembro [entre lua-nova e quarto-minguante], avistaram-se as luzes de Conackry. O navio manobrou numa volta larga a fim de demandar o porto vindo do sul e entrou no canal entre as ilhas de Los e a península de Conackry às 2 da manhã. Reduzida a marcha, colocou-se a escala mais conveniente no ecrã do radar e rapidamente esboçaram-se as principais modificações que existiam no porto, mormente no que dizia respeito aos novos molhes de acostagem. Às 3 da manhã deu-se o trabalho por terminado.*»<sup>1</sup>

<sup>1</sup> (Calvão, op.cit pp.65/6)

[...]

1970 – Janeiro.14

Em Lisboa é publicado o dec.13/70 que, evidenciando reflexos da recente decisão havida na Cimeira de Haia para alargamento do Mercado Comum, «*insere disposições destinadas a adaptar a orgânica do Governo às exigências de maior celeridade e rendimento da administração pública*», justificando-se neste sentido o PM Caetano que reduz o executivo de 15 para 10 ministérios.

[...]

Ao princípio da noite, a RTP e a EN transmitem em directo mais um discurso do PM Caetano, que indirectamente se refere ao citado diploma e explica «*ao povo*» a necessidade de alterações – ou seja da 2ª purga marcelista –, no elenco governativo.

– «*Ao terminar este período inicial de 1968 ao começo de 1970, ninguém seria capaz de definir claramente o novo regime ou o que melhor se poderia considerar a nova fase do Estado Novo de Salazar e a primeira do Estado Social de Marcelo Caetano e Rebelo de Sousa, de “continuidade e renovação”, nem de prever o que pudesse vir a ser em termos de coordenadas de acção governativa, de programas a curto e médio prazo e de inovação política, bem como de solução para a luta no Ultramar. [...] A falta de clareza nas ideias ou talvez a sua excessiva repetência e sobretudo a dificuldade de enunciação de objectivos que se tornassem aparentes, estimuladores e desejáveis para a população, não deu a Marcelo Caetano – com as suas intervenções quase constantes junto desta – nenhuma vantagem [...] Os resultados não foram os esperados, porque ele próprio se desorientou na condução do processo ao fim de pouco menos de 2 anos, tomando atitudes contrárias às intenções que tinha anunciado e criando situações de recuo e de confusão incompreensíveis nos momentos cruciais, que só podem ser explicadas por alteração profunda da sua personalidade, por deserção ou por manifestação aberta da sua incapacidade de governante coerente e construtivo.*»<sup>10</sup>

Durante a tarde seguinte no palácio de Belém o PR Thomaz, na presença do PM Caetano, dá posse aos novos membros do Governo.

- *«O chefe do Governo, ao deixar a interinidade da pasta dos Negócios Estrangeiros, disse em determinado passo do seu discurso que “a grande tarefa da diplomacia portuguesa, nesta hora, consiste em zelar, explicar, defender a nossa política ultramarina”.»<sup>11</sup>*
- *«Enquanto oficialmente endurecia, na prática estabelecia contactos e aceitava negociações. Mas isso é outra história, que merece tratamento próprio. A posição oficial continuava a ser a intransigência. O alto da coerência continuava na titularidade do primeiro-ministro. O que veio a ser revelado foi a sua hipocrisia. [...] Viver e agir contra as próprias convicções desgasta. [...] Não só o regime estava podre. Estava-o também a resistência anímica do primeiro-ministro. [...] Quando disse a Rui Patrício, a propósito da abertura de negociações com o PAIGC, “vá para a frente!”, era um homem vencido.»<sup>12</sup>*
- *«Acabado de tomar posse como ministro dos Negócios Estrangeiros, [o ex-subsecretário do Fomento Ultramarino e ex-subsecretário dos Negócios Estrangeiros] Rui Patrício [vai para o seu gabinete no palácio das Necessidades, onde] autoriza conversações secretas com o Senegal, visando um cessar-fogo na Guiné. A delegação portuguesa é formada por Alexandre Ribeiro da Cunha [em 28Mar47 filiado na UN e desde então indefectível marcelista], alto funcionário [inspector-superior do gabinete de Negócios Políticos] do Ministério do Ultramar, e [o inspector-adjunto] Alberto [Henrique] Matos Rodrigues, [que desde meados de Jul69 é o] chefe da delegação da PIDE [DGS] em Bissau.»<sup>13</sup>*
- *«Foi escolhido para a missão o inspector-superior do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, dr. Alexandre Ribeiro da Cunha. A escolha foi feita com o acordo do ministro dos Negócios Estrangeiros, por o dr. Ribeiro da Cunha conhecer perfeitamente os problemas da Guiné, ter larga experiência de contactos internacionais e dominar perfeitamente o francês. Decidiu-se também que fosse acompanhado pelo chefe da delegação da DGS em Bissau, inspector Matos Rodrigues, como secretário. [...] De tudo foi dado prévio conhecimento ao general Spínola, que concordou com a diligência.»<sup>14</sup>*
- *«O mais grave foi Spínola se ter considerado vencido na Guiné. [...] Deste modo tornou-se-lhe imperativo vencer os seus oficiais, o Governo e a opinião pública, de que Portugal não tinha possibilidades de se aguentar na Guiné e que, portanto, dever-se-ia entregar a província aos turras, negociando a chamada “paz dos bravos”...»<sup>15</sup>*

<sup>10</sup> (Ferreira, op.cit pp.116,117,345,343/4,119,375,374,376); <sup>11</sup> (Thomaz, op.cit pp.79); <sup>12</sup> (Almeida Santos, op.cit vol.I pp.587,220); <sup>13</sup> (Castanheira, op.cit pp.63);

<sup>14</sup> (Silva Cunha, op.cit pp.43); <sup>15</sup> (Múrias, op.cit pp.263)

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

1970 – Janeiro.28

Em Washington, o presidente Nixon sanciona a *Opção 2* do NSSM-39 (sobre a África Meridional) e o seu consultor Kissinger emite um outro memorando, relativo à *Operação Tar Baby* e que vai autorizar o levantamento parcial ao embargo de armas a Portugal: *«Equipamento não-letal que tenha dupla finalidade, civil e militar, será exceptuado do embargo de armas a Portugal, tendo como contrapartida a renegociação do uso da base aérea açoreana das Lajes».*

- *«O arrastar da guerrilha e a necessidade de organizar a retaguarda, obrigaram o PAIGC a expandir-se. Nos anos 70 vivia em Conackry, de forma mais ou menos permanente, uma comunidade de mais de meio milhar de pessoas ligadas ao partido. A pouco e pouco foi nascendo, dispersa, uma cidade dentro da cidade [bairro periférico La Minière]: dezenas de residências, armazéns, uma cantina, uma enfermaria, um jardim infantil, uma escola, um lar para os feridos vindos do interior da Guiné, até uma prisão [na vivenda “La Montaigne”]. A Escola-Piloto – que preparava os quadros do partido, antes de cursarem no estrangeiro – funcionava no bairro vizinho de Ratoma, a uma escassa meia dúzia de quilómetros do secretariado, num prédio alugado a um particular. [...] [O chefe da subdelegação da DGS-Guiné, inspector-adjunto Alberto Henrique] Matos Rodrigues conta [antes de 12Jan94] que, aquando da operação “Mar Verde”, “não tinha ninguém [que fosse informador da DGS] em Conackry”.»<sup>3</sup>*
- *«O “Serviço Acção” de um Serviço de Informação situa-se a meio caminho entre o envio de uma nota diplomática e o de um corpo expedicionário. A certo momento a diplomacia não pode mais utilizar as suas cartas. Sem se ir até à guerra, deve ter-se a possibilidade de efectuar certo número de operações no estrangeiro, ou para socorrer cidadãos do País que estão em perigo, por exemplo, ou para executar uma acção cirúrgica. Ao contrário dos militares clássicos, que devem chegar a algum lado, conquistar o terreno e em seguida mantê-lo, a operação cirúrgica – o golpe de bisturi – deve ter lugar de noite. O pessoal chega ao cair da noite e deve, se possível, estar de volta ao nascer do dia. Os militares que compõem esse corpo especial são combatentes de escol, habituados a todas as técnicas, desde os saltadores operacionais até aos peritos em demolição, passando pelos especialistas em artes marciais, os nadadores de combate capazes de operar à paisana, até mascarados de estrangeiros. Só pode tratar-se de profissionais. Os militares a título oficial devem, bem entendido, apresentar-se de uniforme. A única maneira de não sujar as mãos, na lama ou de outras maneiras pouco apetecíveis, é empregar gente conveniente, treinada, motivada, que actue por patriotismo e pela razão de Estado, porque o pessoal do Serviço está em guerra.»<sup>4</sup>*

- «Foi primeira intenção do governador e comandante-chefe, instalar um ramo militar do FLNG algures em território da província, donde irradiariam acções de guerrilha contra o vizinho do sul. Esta hipótese foi encarada em Outubro de 1969, começando-se os preparativos para a enformar. [...] O projectado ataque aos navios do PAIGC em Conackry, poderia ser perfeitamente enquadrado nas futuras operações de guerrilha do Front. [...] A sorte de vinte e tantos [25] militares portugueses que jaziam em prisões da República da Guiné, não seria concerteza melhorada na sequência de uma actuação nestes moldes. Havia pois que reformular o processo técnico a empregar: para obter o fim em vista, o comandante Calvão propôs que se executasse um golpe de Estado em Conackry, o que obteve a imediata adesão do general comandante-chefe. [...] Após vários encontros de coordenação entre a parte portuguesa (capitão-tenente Calvão e inspector-adjunto Matos Rodrigues) e representantes do FLNG, realizados em Bissau, Paris e Genebra, fizeram-se uma série de acções para recolha do pessoal. [...] Recolheram-se cerca de 200 exilados guineenses [desde o Senegal à fronteira da Libéria em praias isoladas durante a noite e em fase de maré-cheia], sendo principalmente utilizada no seu transporte a LFG [NRP-362] Orion (capitão-tenente [Alberto Augusto] Faria dos Santos), cujo comandante foi um precioso colaborador do planeamento das acções. [...] Entretanto não era descurada a parte das infra-estruturas. Para alojar e treinar o pessoal do FLNG, construiu-se um aquartelamento na ilha de Sogá [no sul do arquipélago dos Bijagós], escolhida pelo seu relativo isolamento. [...] Dada a possibilidade de êxito do golpe de Estado, organizou-se um programa político com a colaboração dos 3 delegados do FLNG [exilados em Paris] que, para o efeito, foram viver para Bissau. Elaborou-se uma lista de governantes, escreveram-se as primeiras declarações.»<sup>5</sup>
- «Depois de várias vezes ter ultrapassado as ordens de Lisboa em operações militares ilegais sem sofrer qualquer sanção, devia calcular que o Governo central não se oporia grandemente a uma outra iniciativa sua, ilegal também, mas mais vasta e conclusiva; e que o cobriria de glória. Palpitava-lhe que Marcelo pensava no seu nome para substituir Thomaz. Com o êxito de uma operação tamanha, a sua candidatura seriam favas contadas: ia prender Amílcar Cabral e aniquilar as principais bases do PAIGC. Mais: ia instalar em Conackry um governo amigo que poderia manipular a seu bel-prazer. O chefe do Governo, com a sua conhecida leviandade, autorizou a aventura, confiado no génio militar do monocular general, e talvez mesmo confiando ainda nas teses federalistas agora perfilhadas pelo outro. Não se consultou o chefe do Estado e teve de se vencer a oposição declarada do ministro do Ultramar, Silva Cunha.»<sup>6</sup>
- «Sekou Touré, o ditador marxista de Conackry, é o principal esteio do PAIGC. Derrubá-lo pode ser um xeque-mate no terrorismo. Aproveitando elementos da oposição local guineense, os Soumats, cujo jornal em Paris é financiado por Lisboa [?], tenta-se o golpe. Spínola entende-se com Marcelo Caetano, que concorda com o plano embora lavando daí as suas mãos. Américo Thomaz de nada saberá. Em linhas gerais, a “Operação Mar Verde” prevê o assalto a Conackry por uma força expedicionária mista de portugueses e exilados guineenses, a liquidação de Sekou Touré, a tomada de pontos estratégicos e ocupação do poder pelos dirigentes oposicionistas.»<sup>7</sup>
- «Origens da “Operação Mar Verde”: em finais de 1969, o inspector da PIDE [DGS] Abílio Pires transmite informações sobre Sekou Touré a Alpoim Calvão, que desenvolve contactos e planeamento operacional com o SDECE e a CIA, transmitindo a ideia ao general Spínola e este ao PM Caetano. Ao longo do tempo, através de incursões de LDP's, recolhem-se na Gâmbia e Serra Leoa grupos de dissidentes e mercenários africanos recrutados pela PIDE [DGS], que são levados para a Ilha de Sogá onde recebem instrução militar.»<sup>8</sup>
- «1970.01 - Estabelecimento de uma base de apoio para a Operação Mar Verde na ilha de Sogá, Bijagós, na Guiné, onde foram reunidos e treinados militares portugueses e elementos da oposição da Guiné-Conackry.»<sup>9</sup>
- «Um memorando secreto do Conselho Nacional de Segurança [NSC] dos Estados Unidos, datado de Janeiro de 1970, concluía que os regimes brancos do Sul da África estavam destinados a continuar. A crescente importância estratégica da região requeria, portanto, relações amigáveis com Lisboa. Graças ao acesso aos portos angolanos e moçambicanos, os navios norte-americanos podiam defender os interesses dos Estados Unidos nos oceanos Atlântico Sul e Índico, no contexto das antigas relações no âmbito da NATO e sem o embaraçoso inconveniente dos contactos militares com a África do Sul. Daí em diante, [nos termos da “Operation Tar Baby”] os Estados Unidos contribuíram para o esforço de guerra português fornecendo aviões, armas, munições e desfolhantes, e também autorizando a cerca de 2000 militares portugueses a especialização nas técnicas de contra-insurreição ministrada nos quartéis norte-americanos<sup>10</sup> na zona do canal do Panamá.»<sup>11</sup>
- «Os Estados Unidos fornecem a Portugal, 1 milhão de dólares anuais em ajuda militar e treino de efectivos portugueses. Os oficiais da Força Aérea eram treinados na República Federal da Alemanha e os oficiais do Exército aprendiam técnicas de contra-insurreição em Fort Gulick, no Panamá. Em 1970, Nixon aumentou em 600% a entrega de desfolhantes a Portugal e, no entanto, a administração continua a negar qualquer conhecimento da sua utilização em África. A base de comunicações via satélite Kagnew, na Etiópia, que monitorizava as guerras na África Austral, dava informações confidenciais a Portugal sobre as três colónias e, além disso, a administração Nixon vetava ou abstinha-se em todas as resoluções, apresentadas ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral das Nações Unidas, que dissessem respeito às guerras coloniais portuguesas.»<sup>12</sup>

<sup>2</sup> (vd “O Pide que invadiu Conacri”, Expresso 22Jan94); <sup>3</sup> (Castanheira, op.cit pp.100/1.215); <sup>4</sup> (Marenches, op.cit pp.118); <sup>5</sup> (Calvão, op.cit pp.69-71); <sup>6</sup> (Múrias, op.cit pp.261);

<sup>7</sup> (Nogueira Pinto, op.cit pp.429); <sup>8</sup> (resumo cf a “Alvorada em Abril” de Otelo); <sup>9</sup> (Afonso e Gomes, op.cit pp.590);

<sup>10</sup> (vd relatório apresentado em 06Abr73 no Congresso dos EUA); <sup>11</sup> (MacQueen, op.cit pp.78/9); <sup>12</sup> (Wright, op.cit pp.114)

[...]

[...]

[...]

1970 – Fevereiro.26

No palácio de São Bento o PM Caetano, acompanhado pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e do Ultramar, recebe o inspector-superior Alexandre Ribeiro da Cunha recém-chegado de Bissau e que relata a diligência secreta efectuada em Dacar.

– «Ribeiro da Cunha esteve três dias em Dacar, onde conferenciou com os ministros senegaleses dos Negócios Estrangeiros e do Interior. [...] Foi decidido transmitir instruções ao governador e comandante-chefe da Guiné para que evitasse lançar operações ofensivas, limitando-se à defesa contra eventuais ataques dos guerrilheiros. Por intermédio do [embaixador do] governo suíço, comunicou-se para Dacar o que havia sido resolvido e o teor geral das ordens dadas para a Guiné, dizendo-se ficarmos a aguardar as indicações do governo senegalês para o prosseguimento dos contactos.»<sup>1</sup>

Enquanto isso no Senado em Washington, a delegação do PAIGC vinda da sede da ONU (em Nova Iorque), é recebida pelo *Subcommittee on Africa of the Committee on Foreign Affairs* presidido pelo congressista democrata afro-americano Charles Diggs, a quem Amílcar Cabral entrega o seu «*Report on Portuguese Guinea and Liberation Movement*».

– «Na Universidade de Siracusa, profere uma palestra sob o título “Libertação Nacional e Cultura”. Dá uma entrevista à *Newsweek* e é recebido no palácio de Vidro pelo Comité dos 24. A sua prestação é seguida pelo adido militar e aeronáutico da embaixada em Washington, tenente-coronel Manuel Pereira Marques, que comunica, que “duma maneira geral, Amílcar Cabral conseguiu ser hábil e correcto quando interrogado pelos congressistas da comissão”.»<sup>2</sup>

Ao mesmo tempo o *State Department* – na sequência do recente encontro secreto em Dacar entre os 2 ministros senegaleses e o representante do MNE português –, recebe de Edward R. M. Kane (secretário da sua embaixada no Senegal), a informação de que «Portugal está disposto a aceitar duas condições: cessar-fogo e conversações com os nacionalistas, no sentido da autonomia da Guiné-Bissau».

<sup>1</sup> (Silva Cunha, op.cit pp.44); <sup>2</sup> (Castanheira, op.cit pp.67)

[...]

1970 – Março.3

Em Conackry, os conselheiros cubanos do PAIGC prosseguem a reorganização das *FARP* (Exército Popular, Marinha Nacional, Aviação Militar), dando início à formação das *FAL* (Forças Armadas Locais) por agregação das divisões Guerrilha e Milícia.

– «1970.03 - Reorganização das forças do PAIGC com formação do corpo de exército de Nhacra-Enxalé [?], numa nova divisão territorial correspondente a novo patamar do seu processo evolutivo previsto por Amílcar Cabral. [...] Confirmação da existência de uma unidade de artilharia do PAIGC, equipada com foguetões GRAB1 122mm.»<sup>2</sup>

Decorridas menos de 48 horas, em Nova Iorque a revista *Newsweek* publica em página inteira uma entrevista (ilustrada por um mapa da Guiné Portuguesa), feita pelo seu redactor Richard Levine na passada semana durante 2 horas ao chefe do PAIGC Amílcar Cabral, o qual lhe afirmou que «as suas tropas controlam <sup>2</sup>/<sub>3</sub> do território, estando o restante a ser contestado».

– «Os mapas da Guiné publicados por Basil Davidson e Gérard Chaliand mostram-nos um território que não está “libertado” em dois terços, mas em nove décimos. Os sombreados e estrias que marcam as regiões “passadas para o controle do PAIGC” cobrem, por assim dizer, todo o país com excepção de uma estreita faixa costeira e da capital, Bissau. Infelizmente para ele, espera-se sempre a queda de Bissau, sempre prometida e jamais realizada, e que sozinha marcaria a sorte do território.»<sup>3</sup>

– «A Guiné com o governo do general Spínola tinha-se tornado o teatro de luta mais conhecido e comentado, e a forma como os países vizinhos sustentavam alguns grupos terroristas mais aguerridos, fazendo ruidosa propaganda no mundo, contribuiria para em determinado momento ter sido prevista mundialmente a iminente derrota dos portugueses. Ao contrário do que se afirmava e apesar da introdução na Guiné de armamento já bastante sofisticado [...], os guerrilheiros não tinham capacidade para efectuar ocupação de qualquer parcela de território. [...] É certo que a ingenuidade de Spínola ao entreter negociações com os terroristas e ao entregar-lhes dinheiro dado por Marcelo Caetano (teriam sido dezenas de milhares de contos – da primeira vez, 10 mil contos) pela fronteira do Senegal – e a existência entre os seus oficiais de dezenas de elementos que apareceram depois como traidores aos seus juramentos, mais interessados em ajudar os terroristas do que em defender a população, do que ele não podia deixar de ter conhecimento porque muita da sua actuação era já feita às claras –, pode explicar o que ali ia acontecendo de subversivo.»<sup>4</sup>

– «O [inspector-adjunto Matos Rodrigues] responsável pela delegação [da DGS-Bissau] faz saber ao general que “muita gente de Bula” estava a par do assunto, pelo que o segredo de tais conversações não existia. E segundo informações recolhidas posteriormente pela polícia, as movimentações no “chão manjaco” até já tinham chegado ao conhecimento de Amílcar Cabral.»<sup>5</sup>

– «Antes [da preparação] da operação “Mar Verde”, recebi um delegado [do PAIGC] da confiança pessoal dele [Amílcar Cabral], que sobrevoou comigo de helicóptero toda a região do Morés. Levou todos os elementos que quis, para lhes mostrar que aquilo estava tudo em nosso poder. No regresso a Conackry foi aprisionado, apanharam-lhe a pasta com os relatórios das conversas comigo e do que tinha visto, e condenaram-no à morte. Foi executado.»<sup>6</sup>

<sup>2</sup> (Afonso e Gomes, op.cit pp.590); <sup>3</sup> (Soustelle, op.cit pp.85); <sup>4</sup> (Ferreira, op.cit pp.387); <sup>5</sup> (Dalila Mateus, in “A PIDE-DGS na Guerra Colonial” pp.338);

<sup>6</sup> (Spínola, Expresso 16Jan93)

[...]

1970 – Março.14

De Bissau seguem por via aérea, para o *chão* Gabu dos *futa-fulas* e *futa-forros* no leste da Guiné, o ministro do Ultramar, o CCFAG general Spínola e o comandante da ZACVG coronel Diogo Neto, que em Nova Lamego inauguram o novo aeródromo com uma pista asfaltada de 2100<sup>mts</sup> por 50<sup>mts</sup> de largo, construído em 10 meses.

[...]

[...]

1970 – Maio.1

Na Praça do Império em Bissau o general Spínola recebe em audiência, no palácio do governo provincial, três guinéus delegados do FLNG.

Decorridas menos de 24 horas, na fortaleza de São José da Amura o chefe da 3ªRep-CTIG, major Firmino Miguel, finaliza os planos para execução do golpe-de-mão sobre Conackry, ao qual foi atribuído o nome de código *Operação Mar Verde*.

- «Um dia [24Abr70] apareceu-me [na CCac2547 aquartelada] em Farim, o comandante Alpoim Calvão e disse que precisava que eu fosse “para Cabo Verde dar recruta aos caboverdeanos”. Uma semana depois, estava no mato, veio um helicóptero buscar-me; também fui de helicóptero de Bissau para Cabo Verde [i.e, para o ilhéu Sogá dos Bijagós]; e no dia seguinte chegou um barco-patrolha com uns tipos que falavam [francês] uma língua que eu não percebia; ao fim de uma semana, Calvão mandou-me um intérprete que falava crioulo e francês. Depois apareceu o Rebordão de Brito e foram vindo mais grupos de homens da Guiné-Conackry, até que se juntaram quatrocentos; eu e o Rebordão éramos os únicos portugueses e quem dava instrução aos opositores do Sekou Touré. Passámos sete meses nisto, ninguém mais sabia de nada a não ser o Calvão e Lisboa.»<sup>1</sup>
- «Quando o Calvão foi ter comigo, disse-me que queria trabalhar comigo. Tinha ido ao comando-chefe fazer uma requisição para me levar. Disse-me que tinha um trabalho para mim: eu iria para Cabo Verde dar instrução à tropa caboverdeana. Assim, eu e o Rebordão de Brito fomos de helicóptero para uma ilha desabitada na Guiné, nos Bijagós. O Rebordão de Brito perguntou-me o que é que nós estávamos ali a fazer. Disse-lhe para ter calma, porque eu também não sabia de nada. No dia seguinte, encostou lá uma LDM, lancha de desembarque militar, com uns gajos pretos e a falarem uma língua que eu não conhecia. No terceiro dia apareceu o Calvão, que me disse para eu os preparar. Eles falavam francês, mas eu não percebia nada de francês e perguntei-lhe: “Como é que eu vou preparar estes gajos se não percebo a língua deles?”. Ele então arranjou-me um intérprete, um guineense que vivia no Senegal, Alberto Sanque. Eram homens da Guiné-Conackry. A princípio eram uns trinta, no fim era já uns quatrocentos. Estivemos lá sete meses. Preparámos os homens para a Operação Mar Verde, em Conackry. Os únicos [?!] que sabiam daquela operação eram o [comandante do COE capitão-tenente FZE Guilherme Almor de] Alpoim Calvão, o [velho “toupeira” do PCP tenente-coronel de cavalaria João Paulo] Robin de Andrade, chefe do Estado-Maior do comando-chefe, e o [governador e comandante-chefe general António Sebastião Ribeiro de] Spínola. Eu [segundo-sargento de engenharia CMD Marcelino da Mata] sabia porque estava dentro do assunto, andei a preparar os homens, sabia que no dia 22 de Novembro íamos actuar em Conackry. A data podia variar, dependendo do tempo que levássemos a preparar os homens.»<sup>2</sup>
- «Além do grupo de [200] exilados guineenses [supostamente apoiantes do FLNG], reuniram-se as seguintes forças de desembarque: [o recém-ajuramentado] Destacamento de Fuzileiros Especiais nº 21 (Africanos), primeiro-tenente [FZE Raul Eugénio Dias da] Cunha e Silva; [e a 1ª] Companhia de Comandos Africanos, capitão João Bacar Jaló. Convocaram-se também alguns elementos europeus de unidades de fuzileiros, [de ‘comandos’ como o alferes Justo, e de pára-quedistas do BCP12 como o capitão Manuel António Casmarrinho Lopes Morais e os 1Cb Morais e Jaime Manuel Duarte Almeida] possuidores de conhecimentos ou aptidões especiais. [...] Foi-se recolhendo o melhor pessoal instrutor disponível: 1Tn [i.e, 2Tn FZE do DFE21 Alberto] Rebordão de Brito, 2Tn [FZE do DFE21] Benjamim Lopes de Abreu, furriel [i.e, 2Sg Eng CMD] Marcelino da Mata [integrado na 1ªCCmdsAfric], cabo FZE Lopes Rosa, marinheiro FZE Luís [Manuel Guerreiro] Tristão [integrado no DFE21], marinheiro FZE António Augusto da Silva [manjaco Touré do DFE21], alferes [miliciano de infantaria ranger CMD da 27ªCCmds Abílio Rodrigues] Ferreira [integrado na 1ªCCmdsAfric], marinheiro C. Moita, furriel [i.e, 2Sg mil CMD] Teixeira. Estes homens conseguiram aos poucos moldar uma unidade de combate através de treino intensivo e, à força de muitas palavras e alguns castigos, atenuaram os conflitos tribais e religiosos existentes [...], resultando um certo espírito de coesão fundamental para a missão a desempenhar. O trabalho de informação continuava. Arranjaram-se planos detalhados da cidade de Conackry, acumularam-se todas as notícias possíveis de encontrar e a pouco e pouco foi-se delineando o provável teatro-de-operações. Mandou-se executar uma maquete da zona portuária, sobre a qual havia uma razoável certeza. [...] Apareceu uma mensagem de Lisboa informando a captura de um desertor [desde 18Fev70 da CFN estacionada na base fluvial de Ganturé], o grumete fuzileiro [Ildeberto Costa] Alfaiate, que se entregou voluntariamente às nossas autoridades vindo de Conackry há três semanas. [...] Sem as preciosas informações que forneceu, teria sido impossível sinalizar devidamente a planta da cidade; sinalização que [em 22Nov70] se revelou exacta em 95%.»<sup>3</sup>
- «Na Ilha de Sogá reuniram-se: exilados da Guiné-Conackry, opositoristas de Sekou Touré; um destacamento de ‘fuzileiros africanos’ comandados pelo primeiro-tenente Cunha e Silva; e uma companhia de ‘comandos africanos’ sob o comando do capitão João Bacar Jaló. Os principais objectivos da “Operação Mar Verde” eram os seguintes: neutralizar a acção das lanchas-rápidas da Guiné-Conackry, que davam mais de 30 nós de velocidade e estavam armadas com metralhadoras quádruplas de 25mm; neutralizar as forças terrestres, especificamente a Guarda Nacional [quartel de Camayenne], a Gendarmerie, o Centro de Milícias e o Campo Militar de Samory (onde estavam instalados o EMGFA e um esquadrão mecanizado); libertação dos [26] prisioneiros portugueses que se achavam encarcerados na prisão de La Montaigne; destruir no campo de aviação os ‘MIG 15 e 17’ soviéticos; ocupar a “Boulbinet”, principal emissora de radiodifusão da Guiné-Conackry.»<sup>4</sup>
- «Havia afirmações de parênteses de MIG na fronteira sul da Guiné, nunca confirmadas. Noutra ocasião, dois “Étandard” do porta-aviões [francês] Foch que cruzava águas do Senegal, foram avistados voando baixo sobre o Geba vindos do mar, talvez confundindo o Geba com o Casamance.»<sup>5</sup>
- «Devidamente coberta por Spínola e Marcelo, a iniciativa fôra preparada durante meses a fio: no plano militar, pelo comandante do Centro de Operações Especiais, Guilherme de Alpoim Calvão; no capítulo da informação, pelo inspector da PIDE [DGS], Matos Rodrigues. Inspirada [?] nos ‘raids’ norte-americanos sobre os territórios do Laos e do Camboja, mas ainda mais ambiciosa na sua concepção, à operação serão fixados vários objectivos. Pretendia-se, por um lado, a destruição das [três e que o PAIGC propagandeava sete] vedetas

[lanchas rápidas classe P6 oferecidas pela URSS à “Marinha de Guerra”] do PAIGC, e dos caças Mig-17 da República da Guiné; e por outro, a libertação de uma vintena de militares portugueses presos em Conacri. Num plano mais ambicioso, e por proposta do próprio Calvão, projectava-se “um golpe de Estado na República da Guiné” – o que passava pela destituição ou eliminação de Sekou Touré –, “e um golpe-de-mão sobre o PAIGC.”<sup>6</sup>

<sup>1</sup> (Marcelino da Mata, in “Os Últimos Guerreiros...”); <sup>2</sup> (idem, em 21Jul94 a Freire Antunes); <sup>3</sup> (Calvão, op.cit pp.71,70); <sup>4</sup> (Sambú, op.cit pp.38);

<sup>5</sup> (Diogo Neto, em 19Jul94 a Freire Antunes); <sup>6</sup> (Castanheira, op.cit pp.64)

[...]

1970 – Maio.4

No aeroporto de Estocolmo desembarca o PR senegalês Léopold Senghor, para visita oficial aos países escandinavos (Suécia, Finlândia e Dinamarca), e horas depois em conferência de imprensa – questionado sobre a situação na Guiné Portuguesa –, revela que havia proposto «um plano de paz aceite por Amílcar Cabral, residindo a dificuldade da sua aplicação na obtenção do acordo dos portugueses».

– «O presidente Senghor está indignado com o PAIGC e em especial com o comportamento de Amílcar Cabral, responsável por ter preparado manifestações hostis na Suécia pois, durante uma conferência de imprensa, foi ali acusado de conivente com o colonialismo e racismo portugueses.»<sup>2</sup>

<sup>2</sup> (info do embaixador do Senegal em França, ao seu homólogo português; Paris 13Mai70)

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

1970 – Junho.13

No sudoeste da Guiné, o general Spínola visita o CIM de Bolama e desloca-se ao sul do arquipélago dos Bijagós, para inspeccionar no ilhéu de Sogá a *task force* destinada à *Operação Mar Verde* e constituída por 350-400 efectivos, fardados como guerrilheiros do PAIGC e armados de espingardas-automáticas AK-47 (de um lote comprado no bloco-leste)<sup>2</sup>, com minas-lapa fornecidas no ano passado pelos sul-africanos.

– «A directiva que eu dei ao Alpoim Calvão era para o trazer vivo [o Amílcar Cabral. Matar o Sekou Touré]<sup>3</sup> era só “na passada”... [...] O meu plano era integrá-lo [Amílcar Cabral] no meu governo como secretário-geral da Guiné. Passaria a haver dois [!]: ele e o Pedro Cardoso. Seria o fim glorioso [!] da guerra na Guiné.»<sup>5</sup>

– «Outra solução sugerida: a de negociações com os chefes das guerrilhas, havendo quem propusesse, como meio de os anular, a nomeação destes para cargos elevados na administração portuguesa. Esta hipótese, porém, esquecia que os chefes das guerrilhas apenas aceitariam as nomeações para executar “a sua política” e não “a política portuguesa”; se as aceitassem para executar esta e não aquela, deixariam de ser reconhecidos como chefes das guerrilhas, que passariam a ter outros chefes obedientes às forças que impeliam as guerrilhas. Experiências aliás também tentadas: a rendição de alguns chefes tribais [no sudoeste da Guiné, no nordeste de Moçambique, no noroeste e no sudeste de Angola], acarretou a rendição de alguns elementos dessas tribos mas não fez cessar a guerrilha. E veja-se também a experiência rodesiana.»<sup>6</sup>

– «Ouvi mais tarde dizer que fôra ele [Alpoim Calvão] quem falhara a tentativa de golpe de 22 de Novembro de 1970, na República da Guiné. Ora, os africanos da nossa Guiné afirmam o contrário. Igual opinião manifestaram os oficiais da República da Guiné que, connosco, participaram nessa acção. Assim se compreende a consideração que os políticos e intelectuais da República da Guiné, opositores a Sekou Touré, lhe dedicam. Eu próprio, pelas informações que colhi, cheguei à mesma conclusão. O comandante Calvão não foi o responsável. O erro foi produto do desconhecimento da sociologia local. As autoridades políticas julgavam que os elementos – que se diziam refugiados – eram todos pró-portugueses, e automaticamente integrávamos no nosso Exército. Foi assim que muitos passaram a fazer espionagem a favor do PAIGC e do governo de Conackry. A prova é evidente, porque todos os participantes das operações, tanto do nosso lado como do da oposição, declararam que o único homem que “trabalhara com a cabeça” fôra o comandante Calvão. Em resumo, sei que os erros não estiveram do seu lado.»<sup>7</sup>

– «Fundamentalmente, o que falhou foi a informação. A informação estratégica, que tinha de ser dada pela PIDE, falhou. Pouco tempo antes de morrer [em 12Jan94], o inspector Matos Rodrigues, que andou comigo no liceu mas que na parte final da sua vida não me falava, assumiu a responsabilidade daquilo que se passou. Realmente, a informação dada ao Alpoim Calvão não foi a melhor, foi uma informação falsa. [...] Aquilo com a República da Guiné era muito complicado. Os nossos aviões a jacto [FIAT G-91] tinham, no que respeitava a combustível, a capacidade para ir à fronteira [?] e regressar. Quem fez o planeamento da Operação Conackry foi o Mário Firmino Miguel, que na altura era o chefe das operações do comando-chefe.»<sup>8</sup>

<sup>2</sup> (cf Carlos Fabião – que em Abr71-Abr73 será major comandante-geral das milícias guineenses –, as forças invasoras vão usar armamento de proveniência soviética transaccionado pela firma Norte-Importadora de José Joaquim Morais Zoio, cujo transporte será feito pela Air France com rótulo «para a polícia do Uruguai» e pago em dólares no aeroporto de Bissalanza; e também pela firma Explosivos da Trafaria, à qual está ligado o capitão da FAP Costa Martins e o capitão-tenente fuzileiro Alpoim Calvão; mas segundo este, que é o próprio estratega da ‘Operação Mar Verde’, a história é outra: por intermédio do major de cavalaria Carlos Azeredo, que em Ago70 na Curia será por Spínola convidado para chefiar a Rep. Reord e Autodefesa do CTIG (cargo que assumirá em 01Nov70), «as armas foram adquiridas pela Norte-Importadora a uma empresa búlgara, através de terceira empresa italiana ou francesa, e trazidas para Lisboa no navio ‘Esperanza II’ com pavilhão panamiano, que supostamente seguiria para a Tanzânia com armas para a ‘Frelimo’»);

<sup>3</sup> (objectivos do CCFAG para a Mar Verde: transporte de exilados guinéus para Conackry, em apoio a um golpe de Estado contra Sekou Touré; destruição em Ratoma do Centro de Informações e da Escola-Piloto do PAIGC; captura de Amílcar Cabral e/ou altos dirigentes; libertação de todos os portugueses cativos. A Task Force é constituída por: estado-maior de Spínola; opositores de Sekou Touré, representados no FLNG sediado em Paris e apoiado pelo SDECE; orientação da DGS-Bissau sob coordenação exterior do subdirector-geral Barbieri Cardoso, com informações do SDECE, BOSS – Bureau of State Security – sul-africano, e BND – Bundes Nachrichten Dienst – federal-alemão);

<sup>4</sup> (como poderia um indivíduo raptado vir a integrar um governo local, para mais como ‘secretário-geral’?!; jamais mereceria crédito na própria Guiné, em Conackry ou Dacar);

<sup>5</sup> (Spínola, Expresso 16Jan93); <sup>6</sup> (Franco Nogueira, Londres Fev79); <sup>7</sup> (António Baticá Ferreira, carta ao PM Caetano, Canchungo 05Fev73; cit. Antunes, op.cit pp.66);

<sup>8</sup> (Carlos Fabião, em 30Jan95 a Freire Antunes)

[...]

1970 – Julho.20 (2ªfeira lua-cheia)

Durante a madrugada, junto à fronteira da província senegalesa do Casamance, a partir da qual o PAIGC lançou no mês passado sucessivos ataques a povoações e aquartelamentos no norte da Guiné, tropas portuguesas efectuam um golpe-de-mão à base recuada do bigrupo do PAIGC comandado por André Pedro Gomes. Mas no regresso a território português, um pelotão sofre emboscada no itinerário Jugudul-Bindôro: o soldado Rafael Jorge Fonseca Ferreira, da CCac2588, é atingido com 3 balas numa perna e rasteja para a mata, onde pouco depois é descoberto pelo inimigo e capturado<sup>1</sup>.

– «O Senegal não reagiu bem. Apresentou na ONU uma queixa contra Portugal, em que ignorava os ataques do PAIGC [a Saré-Bacar, Pirada, Buruntuma, Canquelifá, Bajocunda, Bigene, Guidaje, Olossato, Jugudul e Bindoro], e nos acusava de agressão contra o seu território. Em resposta à nossa nota enviou outra redigida em termos ásperos, em que negava o que era evidente e indesmentível – a existência de bases do PAIGC no seu território –, nos acusava de actos de agressão e afirmava só estar interessado na continuação dos contactos, desde que estes tivessem por objecto estabelecer os termos em que se deveria dar execução ao plano exposto por Senghor durante a sua visita ao Brasil. Perante esta evidente má-fé, os contactos a nível de governos foram então interrompidos.»<sup>2</sup>

Ao longo do dia, em Dacar o MNE senegalês A. Karim Gaye recebe os dirigentes do PAIGC Amílcar Cabral e Luís Cabral, a fim de renegociar o reforço de apoios que o Senegal vem prestando àquele grupo terrorista antiportuguês.

– «O encontro reviu as condições de aplicação do “Protocolo de Acordo de 21 de Março de 1966”, destinado a regular o trânsito de pessoas, mercadorias e material-de-guerra a partir da República da Guiné, através de território senegalês. Desde a assinatura deste último, era a primeira vez que “os principais departamentos (senegaleses), intervenientes no apoio ao PAIGC, se encontravam cada um com uma posição firme e clara”, esperando que “a nova interpretação do protocolo de acordo e as últimas concessões feitas ao PAIGC deverão melhorar sensivelmente o moral dos dirigentes dos movimentos nacionalistas”.»<sup>3</sup>

<sup>1</sup> (nascido em 1947 em Alcanhões; empregado de armazém, soldado nº 06220468; é levado para Ziguinchor e tratado nos serviços hospitalares do PAIGC; três dias depois na Metrópole, os pais são informados pelo SÍPFA que «desapareceu em combate»; em 15Ago70 vai ser transferido para Conackry numa ambulância do PAIGC e encarcerado na prisão La Montaigne onde, como aconteceu com outros, será obrigado a fazer uma declaração para a “Rádio Voz da Liberdade”, programa radiofónico da FPLN em Argel);

<sup>2</sup> (Silva Cunha, op.cit pp.44/5); <sup>3</sup> (Duarte Silva, op.cit pp.91)

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

1970 – Setembro.4

A leste de Bissau, o secretário-geral provincial tenente-coronel Pedro Cardoso visita o novo centro-emissor de Nhacra.

– «A tensão entre continentais e ilhéus passa a ser mais intensa e habilmente explorada pela máquina de propaganda criada pela repartição de Assuntos Cívicos e Acção Psicológica. No discurso com que celebra o 14º aniversário [mitológico] do PAIGC, [em 19Set70 através da “Rádio Libertação”] Cabral denuncia: “Os criminosos colonialistas portugueses têm vindo a desenvolver uma grande campanha contra os caboverdeanos na sua rádio, especialmente em línguas nativas da Guiné”. [...] “Usaram até ao extremo a arte de dividir para reinar”, indigna-se [!]<sup>3</sup> Pedro Pires.»<sup>4</sup>

<sup>3</sup> (o PAIGC utiliza, em subversão, estratagema idêntico contra os portugueses: uns, são inimigos “soldados fascistas”; outros, tovarich “patriotas progressistas”);

<sup>4</sup> (Castanheira, op.cit pp.168)

[...]

1970 – Setembro.21

Na messe de oficiais em Bissau, apesar de a *Operação Mar Verde* estar classificada pelo CCFAG como “muito secreta”, desde há semanas que as mulheres dos oficiais comentam entre si «a operação de Conacri», não apenas naquele local como também em cafés e cabeleireiros da baixa cidadina.

– «Começaram a circular informações em Conackry que apontavam para uma tentativa de derrube de Sekou Touré. Ele chegou mesmo a chamar o Amílcar e a dizer-lhe que sabia que estava a ser preparada uma tentativa de golpe, a partir de Bissau, e pediu-lhe para tentar saber qualquer coisa.»<sup>1</sup>

– «Objectivo: derrubar Sekou Touré e colocar no poder o coronel Diallo, ex-ministro de Sekou Touré. Meios empregues: força naval, saída da Ilha de Sogá nos Bijagós e comandada por Costa Correia, com companhia de comandos africanos e destacamento de fuzileiros, chega a Conackry nas LDG Montante e Bombarda (a LDG-606 Alfange fica em Bissau).»<sup>2</sup>

Por essa ocasião em Conackry, a emissora oficial transmite um discurso do PR Sekou Touré que denuncia mais uma intentona contra o seu país, acusando a Guiné Portuguesa de nela estar implicada.

<sup>1</sup> (Luís Cabral, em 13Jan95 a Freire Antunes); <sup>2</sup> (cf resumo da “Operação Mar Verde”, na “Alvorada em Abril” de Otelo)

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

1970 – Outubro.27

No sudoeste da Guiné, o CCFAG general Spínola<sup>1</sup> visita Bolama.

- «Nos fins de Outubro de 1970, começou o trabalho de designação de tarefas e da constituição das equipas que as iriam executar. [...] Como era desde já intenção firme executar o desembarque numa noite de sábado para domingo, altura em que a maior parte dos serviços públicos estão desactivados e as forças militares e para-militares se encontram de licença, o número de objectivos primordiais limitou-se [!] a 25. [...] 1- palácio Presidencial; 2- Ministério do Interior; 3- Direcção da Gendarmerie; 4- Casa [do PM Louis] Lansana Béavogui; 5- Casa [do vice-PM] Sayfoullah Djallo; 6- Gendarmerie Nacional; 7- Ministério dos Negócios Estrangeiros; 8- Edifício Paternal [?]; 9- Correios e Serviços de Ligação; 10- Estaleiros de Navios do PAIGC; 11- Emissora Boulbinet [principal radiodifusora da Guiné-Conackry]; 12- Sindicato [dos Trabalhadores dos Correios]; 13- Alojamento dos [conselheiros militares cubanos e] Russos; 14- Comissariado [de Polícia na] 6ª Avenida; 15- Antigo Estúdio da Rádio-Guiné; 16- Pelotão Móvel da Gendarmerie; 17- Arquivo do Partido (PDG); 18- Segurança e Prisão [de La Montaigne onde estão encarcerados 26 portugueses]; 19 - Samory [campo militar onde estão instalados o EMGFA e um esquadro mecanizado]; 20- TSF [central telegráfica]; 21- Central Eléctrica; 22- Banco Central (BRG); 23- Federação de Conackry (ao lado da mesquita); 24- [Quartel-Central da] Milícia Popular; 25- Guarda Nacional [quartel de Camayenne]. [...] A cada objectivo fez-se corresponder uma equipa variável em tamanho e tipo de armamento, pois a gama de objectivos assim o justificava: ia desde a Central Eléctrica ao quartel da Guarda Republicana, do aeroporto à Villa Silly (casa de veraneio de Sekou Touré), do Estado-Maior à Gendarmerie. [...] No princípio de Novembro iniciou-se uma discreta [?] concentração de meios na ilha de Sogá, propalando-se [!] simultaneamente a notícia da realização de uma grande operação na ilha do Como.»<sup>1</sup>

<sup>1</sup> (regressou à Guiné em 19Out70, vindo de Lisboa após 2 meses de prolongadas férias na Metrópole); <sup>2</sup> (Calvão, op.cit pp.71,86)

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

[...]

1970 – Novembro.11

No palácio da Cova da Moura em Lisboa, o MDN e do Exército general Sá Viana Rebelo remete ao CCFAG general Spínola uma carta sobre reacções desfavoráveis, recém-manifestadas em Paris ao PM Caetano pelo novo director-geral do SDECE francês, no respeitante a operações militares lançadas a partir da Guiné com intuito de atacar bases recuadas do PAIGC nos dois países francófonos limítrofes.

- «Jacques Foccart foi o homem dos assuntos especiais, ou reservados, do general De Gaulle [falecido em 09Nov70]. Montara certo número de redes [reseau] na África Negra, sobretudo, onde infelizmente houve confusão de competências. Havia redes oficiais e semi-oficiais. Este período da história dos Serviços franceses foi manchado pela proliferação dos que foram chamados “barbouzes”. Uma das missões que me foram confiadas pelo presidente Pompidou foi a de pôr fim a essas missões, impossíveis de controlar e de manipular. É certo que a presença de “barbouzes” em diferentes países africanos incitou essa gente a tornar-se homens de negócios e comerciantes, o que não deviam ser. Pus fim a isso. Penso em certa sociedade petrolífera [ELF-Aquitaine] que dispunha dos seus próprios agentes. Que uma grande sociedade petrolífera – faço notar, pertencente ao Estado – queira estar ao corrente de certo número de coisas, acho legítimo. Mas que crie um mini-Estado num Estado africano, ou até no nosso, não! Essa gente recrutava por vezes funcionários do meu serviço de quem me tinha separado. Achei isso desagradável. [...] Pertencia-me a decisão final. Está-se tão só nesses casos, como o corredor de fundo. Quando o resultado é bom, o político colhe a glória, e nós nada, nunca. Se a coisa corre mal, nós teremos de aguentar as eventuais repercussões desagradáveis. Se se é chefe dos Serviços Especiais, dispondo como eu de muitos poderes e de meios consideráveis, não se tem fronteiras. Dispõe-se de tropas de choque, de papéis falsos, de fundos especiais, etc. Se não se tem uma disciplina pessoal absoluta, porquê não começar por suprimir um homem político, porque não se está de acordo com o que ele pensa, ou eventualmente o chefe do Estado? Isso pode levar muito longe! Um sujeito torna-se o chefe da Gestapo, Himmler, Béria... Pois bem, eu não sou Béria. Para o Serviço de que estamos a falar, a honra do Serviço conta. O presidente tomou uma decisão. É-se uma das pessoas encarregadas de a aplicar. Não se está de acordo com ela? Pois bem, aplica-se essa decisão lealmente. Uma das fraquezas dos Serviços, nas democracias, e sobretudo nos Estados Unidos, é que mudam demasiadas vezes de patrão. São necessários seis meses a um chefe para se adaptar com o seu estado-maior a nova responsabilidade. Pode imaginar-se a desordem que deriva destas perpétuas mudanças... Os do lado de lá, os adversários, muito conscientes disso, não nos dão presentes desses.»<sup>3</sup>

A meio da tarde, em Bissau, o general Spínola recebe o comandante da Operação Mar Verde capitão-tenente Alpoim Calvão, vindo de urgência de Sogá e trazendo sob prisão o major Leal de Almeida, que naquele ilhéu recusou participar na operação planeada: chamado ao gabinete do general Spínola, aquele oficial do Exército reitera ao comandante-chefe a sua atitude, argumentando – entre outras coisas – «não usar fardamento alienígena porque não estamos no carnaval»; acto contínuo, o governador e comandante-chefe, na presença do citado comandante da operação, arranca dos ombros do major os respectivos galões e atira-os ao chão, obrigando o oficial desgraduado a participar na acção planeada e que imediatamente sob detenção deverá regressar de helicóptero ao ilhéu de Sogá.

- «Quando tudo já estava ordenado, detalhado e “briefado”, surgiu [no grupo destinado a embarcar na LDG Montante comandada pelo primeiro-tenente fuzileiro Luís Costa Correia] algo de perturbador e inesperado. O major Leal de Almeida, supervisor da [1<sup>a</sup>] Companhia de Comandos Africanos, recusava-se a tomar parte na acção! Por um estranho e inexplicável rebate de consciência, aquele oficial, já informado de todo o planeamento há cerca de 15 dias, dizia que “era contra a ética militar realizar uma operação contra o governo dum país com o qual não estávamos em guerra”. Apesar dos argumentos que o comandante da operação apresentou – relativos aos [26] prisioneiros portugueses, ao apoio dado ao PAIGC, etc –, o major manteve-se irredutível. Foi-lhe dada voz de prisão e seguiu de helicóptero para Bissau a fim de se apresentar ao comandante-chefe. Este exautorou-o vigorosamente e fê-lo regressar [na manhã seguinte] a Sogá, a fim de se integrar novamente nas forças de assalto. A citada atitude produziu efeitos deletérios sobre o moral das tropas de alguns elementos da [1<sup>a</sup>] Companhia de Comandos Africanos: o próprio capitão João Bacar [Jaló] teve um momento de hesitação, revelou dúvidas, condicionalismos; posto firmemente em face do seu dever, reagiu e o seu ascendente sobre os homens da 1<sup>a</sup>CCmdsAfric neutralizou um pouco a desmoralização incipiente.»<sup>4</sup>
- «À última hora o major Leal de Almeida, que mais tarde [pós-11Mar75 quando tenente-coronel comandante do RAL1 sancionou infiltrações da LUAR e do PRP, manipulações do MRPP e espancamento de oficiais – entre eles os primeiros-tenentes FZE Côrte-Real e José Carlos Freire Falcão Lucas, e o alferes comando Marcelino da Mata – e ainda] se haveria de celebrar como torturador no quartel da PM durante o contragolpe de 25 de Novembro de 1975, recusou-se a entrar em acção com a desculpa de ser contra a “ética militar realizar uma operação contra o governo de um país com o qual não estamos em guerra”... Uma vergonha!»<sup>5</sup>
- «Arrancámos para Conackry com uma companhia de Comandos e um destacamento de Fuzileiros especiais, que só souberam para onde iam já dentro dos barcos: só os oficiais e eu sabíamos antes. Houve tipos que começaram a chorar, porque se contavam muitas histórias acerca de Conackry: um furriel enfermeiro, que tinha andado no PAIGC e se entregou, dizia que estava tudo electrificado, que se tocava num arame e morríamos todos – ele jogava com um pau de dois bicos –, e eu perguntei-lhe como é que eles tinham dinheiro para fazer armadilhas eléctricas, se nem tinham dinheiro para comer.»<sup>6</sup>

No dia seguinte em Conackry, são abertos os trabalhos da VI Sessão de Estudos Sindicais Pan-Africanos: entretanto naquele país, desde há 12 anos tiranizado por Sekou Touré, de entre os seus cerca de 3.8 milhões de habitantes mais de 600 mil estão refugiados no exterior como exilados políticos; por outro lado, tanto o regime do partido único guinéu como o seu protegido PAIGC, desprezam a Resolução 2621 da ONU recentemente aprovada, a qual determina que «os conflitos armados, que resultam da luta dos povos contra a dominação colonial ou estrangeira ou contra regimes racistas, no sentido das convenções de Genebra de 1949 devem ser encarados como conflitos armados internacionais, devendo ser dado o tratamento nelas previsto quer aos combatentes feitos prisioneiros quer às populações civis».

<sup>3</sup> (Marenches, op.cit pp.138,96/7); <sup>4</sup> (Calvão, op.cit pp.72/3) <sup>5</sup> (Múrias, op.cit pp.262); <sup>6</sup> (Marcelino da Mata, in “Os Últimos Guerreiros...”)

[...]

[...]

1970 – Novembro.13

Ao fim da tarde no aeroporto de Bissalanca, o capitão-tenente Alpoim Calvão embarca para Lisboa portador de uma carta pessoal do general Spínola endereçada ao PM, relativa à Operação Mar Verde:

- «O crescente potencial de guerra do inimigo, a ameaça já concretizada no Leste da Província, e o profundo sentimento de insegurança e frustração das populações fulas ante a nossa incapacidade para as protegemos, conduziram a uma situação altamente crítica, em face da qual me vi obrigado a tomar decisões de emergência que submeto à sanção superior. Quer o senhor Ministro do Ultramar quer o senhor Ministro da Defesa me deram já a conhecer os seus pontos de vista sobre os aspectos cobertos por aquelas decisões, pontos de vista que, pelo que reflectem, me suscitaram as maiores apreensões. Como Vossa Excelência sabe, estamos no limiar de acontecimentos decisivos. O tempo urge, e na ausência do senhor Ministro do Ultramar [em viagem de trabalho na província de Moçambique], não me resta outra alternativa senão dirigir-me directamente a Vossa Excelência, ciente de que interpreto assim o espírito de elevada compreensão que Vossa Excelência tem tido para com o problema da Guiné. Encontramo-nos, com efeito, num momento crucial da vida da Província; e em tal conjuntura, ou empenhamos todos os meios para neutralizar o potencial de guerra do inimigo nos seus santuários, ou perderemos irremediavelmente a Guiné. Em relação ao Senegal, toda a minha liberdade de acção está muito condicionada. Em carta que acabo de receber, o senhor Ministro da Defesa invoca possíveis reacções desfavoráveis da França, admitindo porém que a tal respeito, haveria “trunfos a jogar na altura própria”. Sem pretender ultrapassar o meu âmbito, mas atendendo à gravidade da situação, dificilmente poderei vislumbrar outro momento mais oportuno para os jogar. Em relação à República da Guiné, e como é do conhecimento de Vossa Excelência, preparamo-nos para intervir decisivamente, apoiando a tentativa de golpe de Estado que em 22 de Novembro próximo será levada a cabo por refugiados políticos do país treinados e armados na Província. Face às reservas postas na última carta que recebi do senhor Ministro do Ultramar, relativamente a esta última acção, tomei a liberdade de enviar à Metrópole o capitão-tenente Guilherme Alpoim Calvão, chefe do Departamento de Operações Especiais do Comando-Chefe, com o encargo de documentar Vossa Excelência sobre a possibilidade de êxito na acção planeada, que não tenho dúvidas em classificar de decisiva para o desfecho da guerra na Guiné. Pela minha parte assumo a plena responsabilidade local do seu lançamento, correndo os riscos necessários, pois continuo firmemente convencido de que, apesar dos indiscutíveis sucessos já alcançados no âmbito de uma contra-revolução social, perderemos irremediavelmente a Guiné se não neutralizarmos o inimigo no exterior. Aliás, julgo que em relação a esta acção, se avançou já demasiado para que se possa recuar sem riscos igualmente sérios, pelas consequências que daí advirão. Desejo apenas solicitar a Vossa Excelência que receba o portador – capitão-tenente Calvão –, para que tome conhecimento da acção projectada e lhe transmita a sua última decisão.»

– «Formara-se entretanto o TG27-2 (140001Nov) [força de assalto concentrada às 00:01 de 14Nov70 ao largo do ilhéu de Sogá], incorporando os seguintes navios: as LFG [NRP-362] *Orion* (capitão-tenente [Alberto Augusto] *Faria dos Santos*)<sup>3</sup> [que vai transportar o capitão-tenente FZE Guilherme Almor de Alpoim Calvão, o primeiro-tenente médico Helder Romero e demais oficiais do comando da “Operação Mar Verde”], *Cassiopeia* (capitão-tenente *Lago Domingues*), *Dragão* (primeiro-tenente *Duque Martinho*) [com o DFE21 comandado pelo primeiro-tenente FZE Raul Eugénio Dias da Cunha e Silva, coadjuvado pelos segundos-tenentes FZE Alberto Rebordão de Brito, Benjamim Lopes de Abreu e sub-tenente José Carlos Freire Falcão Lucas], e *Hidra* (primeiro-tenente *Fialho Goes*) [tendo o guarda-marinha Centeno como imediato do navio de apoio, que vai transportar a equipa Sierra comandada pelo capitão pára-queda Manuel António Casmarrinho Lopes Morais<sup>4</sup> coadjuvado pelo tenente graduado comando Januário Lopes, alferes Justo e outros 33 guineenses da 1<sup>o</sup>CCmds]; e as LDG *Bombarda* (capitão-tenente *Aguiar de Jesus*) [com o major guinéu Thierne Diallo a comandar os cerca de 200 dissidentes guinéus], e *Montante* (primeiro-tenente [fuzileiro Luís] *Costa Correia*) [com o comandante do CI-BCmds major de artilharia comando Francisco Manuel Mateus Leal de Almeida<sup>5</sup>, supervisor da 1<sup>o</sup>CCmds comandada pelo capitão graduado comando João Bacar Jaló coadjuvado pelos tenentes graduados comando Abdulai Queta Jamanca e Zacarias Saiegh, tenente graduado comando Cicri Marques Vieira, alferes comandos Abílio Rodrigues Ferreira, Adriano Siseco e Tomás Camará, segundo-sargento comando Marcelino da Mata e furriel comando Demba Seca; quanto à LDG-606 Alfange, sob comando do primeiro-tenente FZE José Manuel Malhão Pereira, vai manter-se a circum-navegar o arquipélago dos Bijagós e, de cada vez que está em alto-mar, será alternadamente pintada com os números das outras duas, por forma a iludir eventuais observadores do PAIGC que se encontrem no litoral sul da Guiné portuguesa]. [...] *Pintaram-se os navios (inclusivamente boias de salvação), de forma a não revelar quaisquer sinais identificadores. As equipas foram dispostas nos navios de acordo com os locais de desembarque. Assim: LFG Dragão e Cassiopeia, equipas [Zulu em três grupos] destinadas [às 02:15 de 22Nov70] ao grupo de [9] objectivos do PAIGC (que incluíam Villa Silly de São Tomé e o Campo de Milícias do PDG), eram essencialmente constituídas por elementos do DFE21 reforçado com alguns homens da CCmds e pelo segundo-tenente Benjamim de Abreu; LFG Hidra, equipa [Sierra] destinada [às 01:30 de 22Nov70] ao aeroporto comandada pelo capitão pára-queda Morais; LDG Bombarda, equipas [Alfa, Bravo, Charlie, Delta, Echo, Foxtrot, Golf e Hotel] destinadas [às 01:05 de 22Nov70] ao palácio Presidencial, Ministério do Interior, direcção da Gendarmerie, residências de Lansana Béavogui e de Sayfoullah Djallo, Gendarmerie, Cubanos, emissora de Boulbinet e corte do istmo entre Conackry I e II; LDG Montante, equipas [India, Mike e Oscar] destinadas [às 01:35 de 22Nov70] a Central Eléctrica, Campo Samory (EMGFA) e Guarda Republicana; LDG [i.e. LFG P-362] Orion, equipa [Victor] destinada às [00:45 de 22Nov70] ao dique norte para fazer explodir as 3] lanchas rápidas do PAIGC e [4] da República da Guiné.»<sup>6</sup>*

<sup>3</sup> (em 09Jun83-06Nov85 capitão de mar-e-guerra, secretário das Pescas no IX<sup>o</sup> Governo Constitucional); <sup>4</sup> (natural de Benguela; comandante de CCP no BCP12, em 68 condecorado com 1 CG; em 04Ago74 major comandante do batalhão de GEP no Dondo-Beira, virá a morrer em combate no leste-centro de Moçambique);

<sup>5</sup> (com o posto de capitão cmtl da Btr516 instalada em 22Set63-24Out65 em Quibaxe, em 15Jan-06Jul64 instrutor de Educação Física no CI25-Quibala; e em Jan-Mar67 director de instrução no CIC-Luanda); <sup>6</sup> (Calvão, op.cit pp.72,74/5)

[...]

[...]

[...]

[...]

1970 – Novembro.18

No palácio do governo provincial em Bissau, o general Spínola recebe o capitão-tenente Alpoim Calvão recém-regressado de Lisboa e que lhe confirma a autorização formal do PM para lançar o plano *Mar Verde*, o qual no próximo fim-de-semana vai avançar rumo à baía do Tumbo frente a Conackry.

– «O Calvão [...] actualmente está no Estado-Maior do Comando de Defesa Marítima da Guiné, onde comanda uma força operacional de intervenção. Cerca de duas semanas [?] antes da invasão [de Conackry, o capitão-tenente Alpoim Calvão] esteve em Lisboa e consta que foi recebido por Marcelo Caetano. Iguamente se deslocou a Lisboa, por essa altura, o [comandante da DefMarG] comodoro Luciano Ferreira Bastos da Costa e Silva. O Governo português premeia os seus melhores lacaios e assassinos.»<sup>1</sup>

– «Todas ordens emanadas CTG2 [comandante do Task Group 2, capitão-tenente FZE Alpoim Calvão] devem ser pronta e integralmente cumpridas seja qual for a sua natureza amplitude e quaisquer que sejam implicações que daí possam resultar.»<sup>2</sup>

– «No “briefing” [do capitão-tenente Alpoim Calvão] com os comandantes dos navios, nem tudo correu perfeitamente bem: o [primeiro-tenente fuzileiro Luís Costa Correia] comandante da “Montante” [que vai transportar a principal força operacional de Comandos Africanos], apesar da mensagem [...] do ComDefMarG de 18Nov70 [...], mostrava-se renitente quanto a participar na operação. Foi claramente interpelado sobre a opção que teria de tomar. Reconsiderou e cumpriu. [...] A missão das forças foi transmitida verbalmente no dia 18 às 09:00, aos comandantes das unidades participantes. Entregaram-se por escrito os anexos de comunicações, de navegação e logístico, necessários à execução. [...] No dia 14 de Novembro, o comandante Calvão veio a Lisboa com uma carta do general Spínola dirigida ao presidente do Conselho de Ministros. No dia 17 foi recebido pelo prof. dr. Marcelo Caetano que deu a sua concordância à operação, com a indicação expressa de que não deveriam ficar vestígios da presença portuguesa no local da acção. Por especial deferência do general [piloto-aviador Francisco António das] *Dores Delgado*<sup>3</sup>, que então comandava a 1<sup>a</sup> RA, regressou o comandante Calvão a Bissau no dia 19 [i.e. na madrugada de 18], seguindo nesse mesmo dia para Sogá a fim de ultimar os preparativos. [...] No dia 17 de Novembro de 1970, o general Spínola [recebeu um telefonema de Lisboa e] deu conhecimento aos comandantes-chefes adjuntos [à excepção do ComDefMarG comodoro Luciano Bastos que há muito sabia dos preparativos, foram só então informados o comandante do CTIG, e o comandante da ZACVG e da BA12 coronel piloto-aviador Manuel Diogo Neto], da ordem de operações “Mar Verde”. Assim foi possível fazer reforçar e alertar as posições do Exército junto à fronteira com a República da Guiné, e a Força Aérea pôde esquematizar uma série de missões.»<sup>4</sup>

Horas depois o general Spínola desloca-se a Nova Lamego, onde visita o destacamento da FAP.  
 – «As missões de reconhecimento, executadas por um [bimotor de luta anti-submarina “Harpoon” 4710] P2V-5 [assignado desde 11Mai61 ao aeroporto caboverdeano do Sal] iniciaram-se no dia 18 às 09:20 [com o oficial piloto-aviador Cardoso e prolongaram-se até às 17:50 de 21Nov70]. Tinham por fim detectar discretamente quaisquer movimentos de navios-de-guerra e de concentração de pescadores.»<sup>5</sup>

<sup>1</sup> (parte do comunicado da FPLN, emitido de Argel em 12Dez70 pela “Rádio Voz da Liberdade”);

<sup>2</sup> (mensagem 162-CC secreto, emitida em 18Nov70 de Bissau para Sogá pelo ComDefMarG comodoro Luciano Bastos);

<sup>3</sup> (pós-25Abr74 nomeado para substituir o general Diogo Neto no COMRA3 em Nampula, onde morre em 12Mai74 vitimado por ataque cardíaco, pouco depois de naquela cidade discursar o general Costa Gomes... membro da JSN, CEMGFA e comandante-geral da Segurança Interna, acompanhado pelo membro da JSN e CEMFA general Diogo Neto e pelo “major Otelo”);

<sup>4</sup> (Calvão, op.cit pp.73,74,72,73); <sup>5</sup> (idem, pp.73)

1970 – Novembro.19

Em Conackry, termina na sede do PAIGC mais um «Seminário de Quadros presidido por Amílcar Cabral, onde este declara: “É mais fácil, ou menos difícil para nós, ganhar a guerra de libertação nacional, do que garantir ao nosso povo uma vida de trabalho, dignidade e justiça”<sup>1</sup>. Em seguida, o chefe do PAIGC recolhe a bagagem na sua residência e segue para o aeroporto, onde embarca com destino a Budapeste.

<sup>1</sup> (Afonso e Gomes, op.cit pp.592)

1970 – Novembro.20

Ao princípio da tarde em Bissau, o general Spínola viaja de helicóptero para o ilhéu de Sogá, a fim de assistir ao embarque da *task force* em 6 vasos-de-guerra da Armada, os quais, a partir das 19:10 e em diferentes momentos, largam rumo à Ponta Bine (4.5 milhas da ilha Canhabaque) e dali às 23:15 rumo a 7.8 milhas do ilhéu Poilão, indo concentrar-se a norte da baía do Tumbo frente ao molhe portuário de Conackry.



Em seguida, o general Spínola regressa ao QG de Bissau e ali vai manter-se reunido com o seu CEM tenente-coronel de cavalaria João Paulo Robin de Andrade, e os chefes-de-repartição majores Jorge Pereira da Costa (informações) e Firmino Miguel (operações).

Por essa ocasião em Conackry, o presidente Sekou Touré encerra a VI Sessão de Estudos Sindicais Pan-Africanos e ausenta-se da capital guineana para parte incerta.

– «Pelos 03:00 [de 22Nov70 no aeroporto de Alfa-Yaya nos arredores de Conackry], algumas notícias colhidas [pelo subtenente guinéu Boiro do FLNG] junto de prisioneiros em terra, afirmavam que os MIG's tinham sido enviados para Labé [capital provincial do Fouta-Djalón, a 1052mts de altitude no nordeste da Guiné-Conackry e na mesma latitude de Catió no litoral da Guiné Portuguesa], no dia 20 devido a uma remodelação ministerial no governo de Conackry.»<sup>4</sup>

<sup>4</sup> (Calvão, op.cit pp.81)

1970 – Novembro.22 (domingo, quarto-vinguante)

Pouco antes das 00:15 frente ao istmo citadino do Tumbo, «em 5 metros de fundo na pequena baía a norte da península de Conackry, junto aos baixos de “La Prudente” a 3 milhas marítimas do local de abicagem», os 6 vasos-de-guerra portugueses da task-force *Mar Verde* estão concentrados e o comandante Alpoim Calvão às 00:45 na LFG-Orion dá ordem de arranque aos primeiros 3 *Zebro-III*, que vão aproximar-se silenciosamente do dique norte (onde vão desembarcar sucessivamente as seguintes equipas):

- *Victor*: 14 fuzileiros especiais (entre eles o sosso grumete FZE Abou Camará) e 1 guia guinéu do FLNG, comandados pelo segundo-tenente FZE Rebordão de Brito, às 01:40 a norte da ponte do cais bananeiro eliminam um sentinelas, colocam minas-lapa nos cascos de 3 vedetas-rápidas P6 e de 1 lancha-de-desembarque (doadas pela URSS ao PAIGC), liquidam 15-20 inimigos, às 01:55 afundam as 3 vedetas do PAIGC e incendiam outras 4 da Guiné-Conackry, e retiram com 2 feridos ligeiros nos 3 zebros que são recolhidos às 02:10 pela *Orion*;
- *Hotel*: 8 comandos chefiados pelo tenente graduado Abdulai Queta Jamanca coadjuvado pelo guinéu eng.electrónico Tidiane Diallo do FLNG, às 01:05 são largados da LDG-Bombarda a 300 jardas sul da praia Peronné em 2 zebros rumo ao farol de *Boulbinet*, onde desembarcam e (alegadamente por não conseguir localizar o centro-emissor), permanecem no local sem qualquer actividade até que às 04:40 reembarcam nos zebros e são recolhidos pela Bombarda;
- *Oscar*: 18 comandos africanos chefiados pelos alferes Ferreira e Tomás Camará, coadjuvados por Barry Ibrahim com 19 guinéus do FLNG, largam da LDG-Montante em zebros manobrados por pessoal do navio, às 01:35 desembarcam e seguem ao quartel da *Guarda Nacional* que assaltam por dois lados, o alferes Ferreira é mortalmente atingido junto ao portão e o segundo-sargento Marcelino da Mata entra pela janela da casa-da-guarda, liquida os militares que ali se encontram e abre o portão, os restantes comandos entram e liquidam os guardas que saem das casernas, libertam cerca de 400 presos políticos (entre eles na cela 37 o capitão Abou Sommah) encarcerados nas masmorras do quartel, que é entregue à chefia de Barry Ibrahim; já em pleno dia os comandos retiram para a praia onde cerca das 08:20 são os últimos recolhidos por zebros da equipa Victor sob chefia do 2Tn FZE Rebordão de Brito.
- *Índia*: 10 comandos chefiados pelo furriel Demba Chamo Seca coadjuvado pelo comandante guinéu Tcham do FLNG, às 01:40 são desembarcados da LDG-Montante no molhe do *Yacht Club*, atravessam a ferrovia Conackry-Fria e seguem para a Central Eléctrica onde eliminam 2 sentinelas, às 02:15 forçam o encarregado a cortar a luz à cidade e juntam-se à equipa *Mike*;
- *Mike*: 14 comandos chefiados pelo alferes Siseco e 34 guinéus do FLNG chefiados pelo major Thierne Diallo, às 01:40 são desembarcados da LDG-Montante no molhe do *Yacht Club*, atravessam a ferrovia Conackry-Fria e 1km depois em Samory desarmam os sentinelas ao portão do *Campo Militar*, destroem 16 viaturas do *Esquadrão Mecanizado* que se preparava para sair com tropas, as quais são abatidas, incendiam o edifício do EMGFA e cerca das 03:15, durante os combates morrem os soldados guineenses da 1<sup>o</sup>CCmds João Bacar Cassamá e Lourenço Pedro Dias, outros 2 ficam gravemente feridos e 6 com ferimentos ligeiros (entre eles o comandante da equipa, com um estilhaço na boca e outro no braço), procedendo-se à sua evacuação para o molhe do *Yacht Club* onde continua acostada a LDG *Montante*, que após as 04:30 e já na baixa-mar recebe ordens para se colocar a mil jardas de terra; entretanto em Samory a chefia da acção era assumida pelo major Diallo que, com o comandante Assa e o jornalista Siradiou Djaló da revista *Jeune Afrique*, decidem retirar para o molhe onde se juntam à equipa *Índia*, são recolhidos dos zebros das LFG e reembarcam na LDG-Montante;
- *Zulu*: 44 fuzileiros africanos do DFE21 transportados em 10 zebros, às 01:40 são largados das LFG Dragão e Cassiopeia, às 02:15 desembarcam e dividem-se em 3 grupos: o 1<sup>o</sup> comandado pelo primeiro-tenente Cunha e Silva, elimina os guardas da prisão de *La Montaigne*, liberta os 26 portugueses ali retidos, regressa ao molhe onde reembarca nos zebros que às 04:30 são recolhidos pela LFG-Dragão; o 2<sup>o</sup> grupo comandado pelo sub-tenente Falcão Lucas, no bairro Ratoma ataca o QG do PAIGC com eliminação de sentinelas e incêndio de 6 viaturas, o *Centro de Informações* e a *Escola-Piloto* onde liquida guerrilheiros que ali se encontram, ataca outros 2 edifícios do PAIGC com LGF's e granadas, retira para o molhe e aguarda; o 3<sup>o</sup> grupo com 21 fuzileiros comandados pelo segundo-tenente FZE Benjamim Lopes de Abreu, ataca no bairro São Tomé o *Centro de Milícias do PDG* onde liquida 10 guinéus armados e cerca de 50 milicianos nas 2 casernas, captura 20 armas, destrói 5 viaturas militares, 1 motociclo e 1 Volkswagen com o diplomata Seibold da RFA que ia a sair do campo, ao mesmo tempo que do outro lado do muro o 2Tn Lopes de Abreu elimina os 2 sentinelas da *Villa Silly* (residência secundária de Sekou Touré), mas não encontra o presidente, depois o resto do grupo incendeia a residência e a casa-da-guarda por meio de LGF's e granadas, retira para o molhe onde se junta ao 2<sup>o</sup> grupo, às 04:00 reembarcam nos zebros e são recolhidos na LFG-Cassiopeia passando a equipa Zulu a constituir reserva do comando da operação;
- *Alfa, Charlie e Foxtrot*: 30 comandos sob chefia do tenente graduado José Zacarias Saiegh, coadjuvados por elementos do FLNG com guias guinéus, logo após o corte de luz à cidade são largados da LDG-Bombarda numa 1<sup>a</sup> vaga de zebros, desembarcam e assaltam os respectivos objectivos (palácio Presidencial, direcção da Gendarmerie, instalações dos conselheiros militares cubanos e russos); no palácio Presidencial os guardas fogem precipitadamente diante da equipa Alfa que encontra o grande edifício totalmente deserto; entretanto, as outras 2 equipas regressam ao molhe, reembarcam nos zebros e após as 04:40 são recolhidas na Bombarda; a equipa Alfa só às 05:30 retira para o molhe e embarca em 2 zebros, sendo recolhida pela *Orion*;
- *Bravo, Delta, Echo e Golf* num total de 50 comandos chefiados pelo capitão João Bacar Jaló, coadjuvados por elementos do FLNG e guias guinéus largam da LDG-Bombarda em 2<sup>a</sup> vaga de zebros, desembarcam e atacam os respectivos objectivos (B- Ministério do Interior, D- residências do PM Louis Lansana Béavogui e do vice-PM Sayfoullah Djaló, G- destinada ao corte do istmo entre Conackry I e II, mas cuja acção não chega a ser executada), e em conjunto assaltam o quartel da Gendarmerie cuja guarnição é eliminada após duros combates, em seguida atacam e destroem 1 coluna militar que se preparava para sair com 4 viaturas blindadas cujos ocupantes são eliminados, as 4 equipas retiram para o molhe, às 04:40 reembarcam nos zebros e são recolhidas pela Bombarda;

– *Sierra*: grupo misto sai da LFG Hidra às 00:15 sob comando do imediato guarda-marinha Centeno, que em zebros desembarca no local pré-estabelecido a equipa chefiada pelo capitão pára-queda Casmarrinho coadjuvado pelo tenente graduado comando guineense Januário Lopes, alferes comando Justo, segundo-sargento miliciano comando Teixeira, primeiros-cabos pára-quadistas Duarte e Morais, com 33 guineenses da 1ªCCmds e o subtenente guinéu Boiro coadjuvado por Mamadou Baldé ex-controlador aéreo do aeroporto de Alfa-Yaya com outros 4 elementos do FLNG; por volta das 02:00 o objectivo ainda não fôra alcançado e na Orion o comandante recebe mensagem-rádio de que «o filho da puta do tenente fugiu com 20 dos meus homens, traiu-me miseravelmente»; apesar disso o comandante da equipa prossegue com os restantes 24, mas quando chegam ao campo de Alfa-Yaya apenas encontram na placa 4 velhos bimotor Fokker F-27 e 2 jactos Caravelle identificados pelo subtenente Boiro como pertencentes à Air Afrique; os jactos MIG não estão nem na placa nem nos hangares iluminados (!?), situação que às 02:30 é transmitida ao comandante da operação (no momento a bordo da LDG-Bombarda); às 03:00 é confirmado por prisioneiros que os MIG estão desde dia 20 no aeroporto nordestino de Labé; o alferes Justo e o seu grupo, apesar de não autorizado pelo capitão Casmarrinho, decide alvejar com LGF os *Caravelle* que pouco depois se incendiam, o que resta da equipa retira então para o molhe onde cerca das 05:30 são recolhidos por zebros e regressam à Hidra.

Entretanto Amílcar Cabral tinha viajado há 3 dias para Budapeste, o PR Sekou Touré não estava na sua residência de Verão e a emissora oficial não foi tomada; no entanto, ficaram afundadas 7 embarcações no molhe portuário, destruídas algumas instalações do PAIGC e 2 aviões *Caravelle* no aeroporto, resgatados da prisão do PAIGC 25 militares e 1 civil portugueses e libertados cerca de 400 opositoristas guinéus. Durante a acção, morrem em combate o alferes Abílio Rodrigues Ferreira, e soldados João Bacar Cassamá e Lourenço Pedro Dias.

– «Por deficiência de informações (e traição de alguns elementos), o plano apresenta falhas de execução. Nem a rádio nem o aeroporto são tomados. Sekou Touré, que não pernoita no palácio presidencial mas em casa de uma amiga, escapa também. No ar, a rádio desenvolve intensa campanha [?] apelando para a resistência.»<sup>1</sup>

– «“Radio Sekou Touré” é normalmente a estação-surpresa da África, pondo todo o Continente em suspenso. Por outro lado sabemos que Sekou Touré está constantemente em contacto directo por telefone com o estúdio da Rádio. [...] O menos que se pode dizer é que Sekou Touré quis ganhar tempo. Mas porquê?»<sup>2</sup>

– «Um dos alvos militares é o quartel-general dos nacionalistas, no bairro da Minière, e particularmente a residência de Cabral, onde cai uma chuva [?] de obuses: “Um deles acertou em cheio no quarto ao lado do nosso”, relata Ana Maria [Voss Cabral], que meses antes dera à luz a filha Indira. “Eu e os meus filhos (Raul e Indira) salvámo-nos por acaso. Peguei neles e saí a correr pelas traseiras, para o escuro”. Quem não se safou foi o vizinho jugoslavo, um médico cooperante. “Como apagámos logo as nossas luzes, os portugueses devem ter confundido as casas e concentraram o fogo na deles. O casal e uma das miúdas ficaram gravemente feridos. A outra filha morreu, com a cabeça decepada por um estilhaço. A casa ficou completamente destruída e cheia de sangue”. A “Mar Verde” ficou muito aquém das metas fixadas. A crédito, ficou apenas a libertação dos 26 militares [i.e, 25 e mais 1 civil] presos, e o afundamento de sete vedetas armadas rápidas. Tudo o mais falhou: os Mig não estavam na base aérea; Sekou Touré ausentara-se do palácio; e Cabral viajara para o Leste europeu. As razões do falhanço são unanimemente [?]<sup>3</sup> atribuídas a um mais que deficiente trabalho de inteligência, o que, aliás, é admitido [antes de 12Jan94] pelo então chefe da delegação da PIDE/DGS de Bissau, inspector Matos Rodrigues: “O culpado das falhas fui eu. Havia uma grande dificuldade no trabalho de informação. A tropa nunca teve um serviço de informações a sério. E na DGS não tínhamos organização”. [...] “O ‘Mar Verde’ foi um estampanço monumental”, ri-se Almeida Bruno. “O grande problema que tive em Conackry foi justamente a falta de informação”, confessa o principal estrategista, comandante Alpoim Calvão. Matos Rodrigues assume frontalmente [antes de 12Jan94] a responsabilidade “pelos falhas de informação” durante o assalto. “Eu estava praticamente sozinho, não tínhamos organização. Se houvesse 30 agentes em toda a Guiné já era muito e em Conackry não tinha ninguém”. [...] Um dos objectivos da invasão a Conackry foi o estado-maior do inimigo e em particular a residência de Cabral, abundantemente [?]<sup>4</sup> bombardeada. “O objectivo principal da participação dos tugas na invasão (...) era o assassinio do secretário-geral do partido”, há-de denunciar Amílcar [numa mensagem de Mar72 dirigida aos quadros principais do PAIGC]. [...] O que salvou a “cabeça” do PAIGC dos projecteis portugueses foi o facto de, mais uma vez, estar no estrangeiro – Aristides Pereira em Dacar, [Luís Cabral em Ziguinchor] e [Amílcar] Cabral na Bulgária [com Victor Saúde Maria]. No princípio de 71, o agrónomo dera mais um salto à Suécia. César Faustino, o conselheiro de imprensa da embaixada portuguesa em Estocolmo, há-de assinalar [em ofício de 31Jan73 para o MNE] a estada de Cabral “durante duas semanas” em casa de Pierre Schort, “aquando do nascimento de uma filha [Indira]<sup>5</sup> do chefe terrorista, no hospital sueco da Universidade de Upsália”.»<sup>6</sup>

– «Amílcar Cabral vivia na antiga residência do coronel Kaman Djaby, situada dentro do perímetro de defesa do palácio Presidencial, sector guardado por tropas mistas: cubanos, da Serra Leoa, do PAIGC e guinéus.»<sup>7</sup>

– «Quando se deu o ataque eu não estava em Conackry e o Amílcar também não, mas apenas por coincidência. [...] A família do Amílcar estava lá quando foi a invasão. Aliás, foi disparado um tiro de bazooka contra a casa dele. [...] Os guardas da casa do Amílcar responderam imediatamente e os atacantes recuaram. [...] Quem tirou os comandos [10 guineenses chefiados pelo furriel Demba Seca] da Central Eléctrica foram os nossos homens, comandados pelo [comandante-adjunto da Frente Sul] Constantino Teixeira. [...] Um dos comandantes dos nossos barcos estava no seu barco no porto de Conackry, quando viu ao largo comandos a matar gente num outro barco. Conseguiu fugir e foi avisar o Estado-Maior das Forças Armadas. Alertou a sentinela e seguiu logo para as nossas instalações, para avisar também. Quando a sentinela subiu para fazer o aviso, o Estado-Maior estava reunido com os comandos invasores. Mandaram chamar o nosso comandante, Irénio Nascimento Lopes [de 25 anos], que no entanto não ficou à espera quando percebeu. Havia um grande ‘complot’ interno. Alguns dos oficiais portugueses foram mesmo recebidos por membros do governo e andaram a passear de ‘Mercedes’ pelas ruas de Conackry.»<sup>8</sup>

– «O matraquear longínquo de metralhadoras disparando com frenesim, interfere no meu sono [na prisão de La Montaigne]. Ora o oíço com mais intensidade, dando ideia de aproximação, ora se cala por instantes, ora fica reduzido a uma surdina como se as armas estivessem dotadas de silenciadores. A primeira ideia que me

ocorre é a de mais uma tentativa de golpe de Estado contra o sanguinário Sekou Touré, na sequência de tantas outras de que fui tendo conhecimento ao longo dos anos. A imaginação galopa no escuro das duas ou três da manhã; entretanto as metralhadoras não se calam e ouvem-se cada vez mais próximas; a certeza de que aquelas armas se dirigem à prisão é um dado adquirido. Um enorme estrondo no tecto da prisão abafa o tiroteio que agora é mais intenso, mesmo aqui atrás de mim: instintivamente atiro-me para o chão, procuro uma esquina para melhor me abrigar e aqui fico deitado de bruços protegendo a cabeça com os braços. Fico poucos segundos nesta posição: um dilagrama ou uma bazuca rebentam a janela condenada da minha masmorra. O tiroteio continua, mas ao crepitar das armas sobrepõe-se uma voz que grita: “Lobato!”. A mesma acuidade sensorial que em situações limite nunca me abandonou, diz-me que é gente nossa e catapulta-me para o exterior através do rombo aberto na parede pelo explosivo. Mal assento os pés no solo, alguém que sai do meio da noite adivinha quem eu sou e pergunta-me onde estão os outros. Com ele e o seu pequeno grupo damos a volta ao edifício, fazendo exactamente o mesmo percurso que fiz no dia da minha chegada a esta casa, e indico-lhes a porta da sala onde estão empilhados vinte e três soldados [i.e., 3 primeiros-cabos, 19 soldados e 1 civil] portugueses. A porta é arrombada e os vinte e três prisioneiros, jovens de vinte anos, na total ignorância do que está a acontecer, não saem de imediato. É preciso que elementos do grupo atacante entrem na sala para apressar a saída. Com todos reunidos no espaço que servia de recreio, o comandante [1Tn FZE Cunha e Silva] encarrega-me de manter toda a gente em coluna até chegarmos ao destino, que não revela. No momento da partida, um dos soldados [Manuel Marques de Oliveira]<sup>9</sup> recusa-se a acompanhar-nos, mas a espontânea reacção de todos impede-o de manifestar uma segunda vez a mesma intenção: trata-se de um desertor, em quem nem o inimigo acreditou. Ultrapassado o incidente, a coluna dos vinte e seis segue atrás do grupo armado que não escolhe caminho: avança em linha recta, pelo meio de campos e hortas, em direcção a um ponto bem definido. A certa altura do trajecto, ainda bem perto da prisão, o terreno que pisamos torna-se de repente muito irregular e a escuridão não deixa ver claramente onde se põem os pés. Um tropeção num monte de terra obriga-me a ir com as mãos ao chão e a ver mais de perto os obstáculos do terreno: pelo aspecto parecem-me sepulturas e todo este espaço à nossa volta deve ser um cemitério. A prisão já deve ficar bem lá para trás e o caminho é agora bastante mais regular. A marcha é acelerada e o caminho é aqui à nossa direita, bem perto de nós, consegue ver-se um muro semelhante ao de um forte. Cada um sente-se obrigado a guardar silêncio e a evitar ao máximo todo o género de ruídos. Os meus pensamentos são bruscamente interrompidos por uma rajada de metralhadora vinda do lado daquele muro, à nossa direita. Os nossos ripostam imediatamente cobrindo a nossa corrida em direcção ao muro, ao abrigo do qual continuamos a afastar-nos; ao chegarmos ao extremo, alguns dos homens armados ficam para trás até que nos afastemos o suficiente para ficar fora do alcance de tiro das armas inimigas. Contudo, não é necessária cobertura de fogo porque o inimigo calou definitivamente as suas armas. Mantendo a marcha acelerada, acabamos por chegar a uma praia onde embarcamos em botes de borracha rumo ao mar alto. Em breves minutos acostamos a um navio ancorado a escassas milhas da costa e faz-se o nosso transbordo. São cerca de quatro e meia da manhã. Os tripulantes da LFG-Dragão não escondem a sua alegria ao receberem-nos a bordo.»<sup>10</sup>



Ao largo de Conackry frente ao pequeno arquipélago de Los, por volta das 06:00 as LDG-Bombarda e LFG-Orion navegam para sul do ilhéu Cassa e às 07:10 os navios invertem o rumo, navegando pouco depois a Bombarda rumo à ilha Orango nos Bijagós. Às 07:40 a LDG-Montante aguarda ao largo a recolha dos últimos grupos, quando é alvejada por 4 morteiros 82mm da bateria instalada no palácio do Povo, lançados de 150 metros a partir do istmo que separa as duas partes da cidade; mas os projécteis erram o alvo e os militares guineus não fazem mais disparos<sup>11</sup>. Por volta das 08:20 a equipa Oscar é finalmente recolhida na praia por zebros da Orion, onde às 09:00 o comandante da operação dá por terminado o reembarque. Decorridos 90 minutos, os 5 vasos-de-guerra da Armada portuguesa iniciam a manobra de retirada seguindo em losango rumo ao sul de Orango (onde às 13:15 se lhe junta a Bombarda), prosseguindo a viagem de regresso a Sogá sem quaisquer incidentes.

- «Entretanto o dia está aí, à vista de todos, cheio de sol. A Dragão começa a deslocar-se cautelosamente em direcção a outro navio fundeado aqui bem perto. Ajudado pela mão vigorosa de um marinheiro passo [às 08:05] para bordo do navio que venho a saber chamar-se Orion. Sou imediatamente conduzido ao cérebro da Operação Mar Verde. Na ponte-de-comando o capitão-tenente Alpoim Calvão perscruta o céu, consciente de que sobre si pesa toda a responsabilidade pelas vidas de quatro centenas de homens, pelo regresso de sete [i.e, seis] navios ao País e pelo sucesso da operação: “Os Mig’s não aparecem?”. Durante todos estes (sete) anos de cativo, menos de meia dúzia de vezes me foi dado ouvir o silvo característico das turbinas de um caça. Em duas dessas vezes, por ocasião de visitas de Sekou Touré à região (de Kindia), pude observar uma parilha de Mig’s voando muito alto e efectuando manobras muito suaves; não é normal este tipo de vôo quando se acompanha a visita de um presidente, e muito menos quando esse é um exibicionista do poder. É assim que fundamento a minha resposta: “Os Mig’s não vêm”. À vista do enorme cordão de gente que às oito horas da manhã enche a marginal da baía, olhando estupefacta para os navios invasores ostensivamente ancorados nas águas da capital, o comandante espera meia dúzia de faltosos [i.e, a equipa Oscar]. Enquanto se aguarda, quatro morteadas vindas do lado de terra caem na água, perto dos navios. Os nossos respondem com alguns disparos e o fogo de terra não se repete. [...] Está toda a gente com os olhos fitos na praia donde se espera ver surgir o grupo faltoso. Depois de uma hora de tensão exasperante, um grupo de meia dúzia de homens corre ao longo da areia sob o olhar de uma multidão atónita perante tamanha ousadia. Imediatamente um bote é lançado à água e o segundo-tenente Rebordão de Brito, adiantando-se a todos, [às 08:20] vai até ao rebentar das ondas recolher os últimos invasores. São cerca de nove horas da manhã. Os navios rumam para o largo sulcando as águas em direcção à liberdade. Para trás fica um povo a contos com a loucura do seu presidente, que vai utilizar a intervenção portuguesa para eliminar, mais uma vez, todos aqueles que imagina poderem retirar-lhe o poder.»<sup>12</sup>
- «Acção: o desembarque é feito durante a madrugada de 22Nov70, em barcos-patrolha e lanchas de desembarque, no porto de Conackry e à vista de navios comerciais ancorados; os alferes Marcelino da Mata e João Bacar Jaló com seus grupos de ‘comandos’, ficam com a missão de aproximação às residências de Sekou Touré e Amílcar Cabral, bem como o assalto à prisão para libertação de portugueses capturados pelo PAIGC; os alferes Zacarias Saiegh e Abdulai Queta Jamanca com seus grupos de ‘comandos’ ficam com o objectivo da estação de rádio para anúncio pelo coronel Diallo da deposição de Sekou Touré e de um novo governo; enquanto no aeródromo de Nova Lamego uma esquadrilha de Fiat-G91 [destacamento da Esq121-BA12] aguarda discursos transmitidos pela Rádio-Conackry para atacar bases do PAIGC na Guiné-Conackry. Resultados: os alferes Jamanca e Saiegh (este desorientado por falta de conhecimento do terreno e impreparado para guerrilha urbana), não conseguem aproximação à estação de rádio; quanto ao grupo de assalto ao aeroporto (por deserção do tenente Januário e seus comandos africanos), foi criado a partir da reserva por Alpoim Calvão e comandado por um oficial europeu, mas quando chega ao objectivo não encontra os MIG’s (haviam sido retirados no dia anterior) ; fracassados os principais objectivos, os intervenientes (equipados com camuflados criados para esta operação e com armas de fabrico soviético), retiram com o coronel Diallo e os prisioneiros militares recuperados, e quase de manhã Alpoim Calvão dá ordem de regresso a alto-mar rumo a Bissau.»<sup>13</sup>
- «Verificou-se que cerca de 30% dos elementos de informação eram inexactos. [...] O panorama que o FLNG nos apresentou sobre a situação na República da Guiné, era basicamente correcto mas falhou redondamente nos apoios que dizia ter. O próprio FLNG tinha duas tendências divergentes e para mal de nós escolhemos exactamente a mais desonesta para trabalhar connosco, o que aliás escrevi num memorandum entregue pelo sr. governador da Guiné ao sr. ministro do Ultramar.»<sup>14</sup>
- «Tudo se pretendeu fazer sem informações e colaboração local valente! Conseguiu-se desembarcar sem oposição que se visse. Bombardeou-se a cidade, destruindo o palácio presidencial e algumas edificações estatais. Não se prendeu Touré porque o preto não dormira em casa, nem Amílcar Cabral em vilegiatura dourada nas praias búlgaras do Mar Negro. A aviação inimiga ficou intacta. Libertaram-se parte dos prisioneiros portugueses, mataram-se dezenas de pessoas, deixaram-se outros prisioneiros em território inimigo, a maioria guineenses que tinham embarcado na aventura para se instalarem no lugar de Sekou Touré. [...] Um tal tenente Januário desertou com o seu pelotão.»<sup>15</sup>
- «Operação Mar Verde, envolvendo um efectivo de 350 homens com 25 objectivos na área da cidade e porto de Conackry, cujo único resultado foi a libertação de militares portugueses prisioneiros. [...] 1970.11.22 - Reunião de emergência do Conselho de segurança da ONU a pedido da Guiné-Conackry, na qual foi aprovada uma resolução em que é exigida a “retirada imediata de todas as forças armadas e de todos os mercenários estrangeiros” da República da Guiné.»<sup>16</sup>
- «Foi uma operação falhada. Só trouxeram os prisioneiros portugueses – foi curto, só isso não<sup>17</sup> justificava.»<sup>18</sup>

Durante todo o dia, por intermédio da Rádio-Conackry, o presidente Sekou Touré acusa «a Guiné Portuguesa, de também estar implicada na malograda invasão» do seu país. Quanto aos resultados factuais da *Operação Mar Verde*, foram os seguintes: a força de assalto libertou 26 reféns portugueses<sup>19</sup> e cerca de 400 presos políticos guinéus, provocou «ao inimigo mais de 500 baixas», incendiou edifícios oficiais e semeou o pânico e a confusão nas ruas; depois a *task force* portuguesa retirou da baía de Conackry, deixando para trás o tenente graduado comando guineense Januário Lopes e restante vintena de desertores, capturados e interrogados; (dias mais tarde entregues ao PAIGC por ordem de Sekou Touré).

- «Na madrugada do dia 22, conforme foi anunciado em Conackry, um grupo armado de 350 homens desembarcava na capital da República da Guiné, numa tentativa de derrubar o governo de Sekou Touré, acrescentando-se que a força invasora havia partido de território da Guiné Portuguesa. Nesse mesmo dia, uma informação oficial de Lisboa comunicava o seguinte: “Foi acolhida com a maior surpresa a comunicação do presidente Sekou Touré, de que forças portuguesas participaram na invasão da República da Guiné. Nega-se terminantemente tal acusação de Conackry, que não tem o mais ligeiro fundamento”.»<sup>20</sup>
- «Os acontecimentos de 1970 (invasão de Conackry), viriam a provar a fragilidade do regime de Sekou Touré que ficou a dever a sua sobrevivência unicamente às tropas do PAIGC. Estas constituíam a principal força armada da República da Guiné. Esta situação de facto, abalou o prestígio e o orgulho de Sekou Touré aumentando-lhe o ódio que dedicava a Amílcar Cabral, cuja popularidade não cessava de aumentar na República da Guiné.»<sup>21</sup>
- «Se há alguma unanimidade, em Bissau e na Praia [em finais de 92], é quanto ao facto de Sekou dever a sua manutenção à frente do regime... aos combatentes do PAIGC. “Que ninguém tenha dúvidas: quem o salvou, aquando da invasão portuguesa, fomos nós”, alerta, com uma ponta de orgulho, “Manecas” dos Santos [comandante operacional então presente na Frente Norte]. Os militares que desembarcaram em Conackry depararam com uma generalizada incapacidade de resposta por parte das Forças Armadas guineenses. A primeira e mais forte reacção partiu das forças do PAIGC ali estacionadas. “Nós éramos um exército, como ficou então demonstrado”, anota Fidélis Almada. “Foi esse facto”, comenta Fernando Baginha [que só chegará a Conackry em Set72], “que deu a Sekou Touré a noção exacta do perigo que incorria, ao ter um exército que não controlava em sua própria casa, ou, se se quiser, um estado<sup>22</sup> dentro do estado”.»<sup>23</sup>
- «De facto, quem resistiu ao ataque fomos nós. Sekou Touré reconheceu isso em vários discursos. [...] Só no dia seguinte de manhã é que o exército guineense respondeu. O CEME guineense foi preso com vários outros oficiais, por cumplicidade com a tentativa de golpe.»<sup>24</sup>

<sup>1</sup> (Nogueira Pinto, op.cit pp.429);

<sup>2</sup> (comunicado do comité executivo do FLNG, Paris 15Fev73);

<sup>3</sup> (este «unanimemente» jornalístico é abusivo: por um lado, porque não ficam enunciadas as personalidades ou organizações consultadas que, então e ao longo do tempo, sobre o assunto se pronunciarão; por outro lado, para o tal «falhanço» – mau-grado a sua extemporânea assunção pelo chefe da delegação da DGS –, muito contribuiu à época o facto do SDECE ter objectivamente fornecido somente algumas informações enquanto reteve outras, dado que o recém-empossado director, Alexandre de Marenches, não podia correr o risco de envolver o seu país – mesmo que indirectamente –, na hipótese de um chefe de Estado, de uma antiga colónia francesa, vir a ser assassinado);

<sup>4</sup> (a ter sido «abundantemente» atingida por ‘rockets’, a residência de Amílcar Cabral teria ficado arrasada e mortos todos os seus ocupantes; mas como nenhuma das circunstâncias se verificou, fica comprovado ser esta versão milica, na realidade, mais uma nuance de agit-prop...);

<sup>5</sup> (anteriormente, este “jornalista-investigador” afirma que a Ana Maria Voss Cabral, relativamente à data de 22Nov70, «meses antes dera à luz a filha Indira» – não especificando o “quando” nem o “onde” –, e que ela e os «filhos (Raul e Indira)» escaparam ao ataque à residência de Conackry; seguidamente, o mesmo jornalista desinforma ao afirmar que foi «no princípio de 71» que o chefe do PAIGC esteve na Suécia «durante duas semanas [...] aquando do nascimento de uma filha», que só pode ser Indira; assim, deduz-se que o nascimento de Indira ocorreu nos primeiros meses de 1970, e que foi «no princípio de» 70 – e não de 71 – que Amílcar levou Ana Maria Voss à Suécia, depois das suas viagens em finais de 1969 a Moscovo, Berlim Leste e Paris);

<sup>6</sup> (Castanheira, op.cit pp.64,222,204,65);

<sup>7</sup> (ex-diplomata guinéu Sylla Karifa, Paris 23Jan73);

<sup>8</sup> (Luis Cabral, em 13Jan95 a Freire Antunes);

<sup>9</sup> (capturado pelo PAIGC na área de Cò, levado para o Senegal e dali para Conackry; foi dado como desertor e mais tarde; à família, dado como “desaparecido em combate”);

<sup>10</sup> (Lobato, op.cit);

<sup>11</sup> (note-se que dois meses antes, num discurso radiodifundido, o presidente guinéu mostrou estar ao corrente da preparação de mais um golpe de Estado para o derrubar, não tendo fornecido então quaisquer indícios de já ter conhecimento – pela rede de espionagem da embaixada soviética – sobre o treino de activistas do FLNG nos Bijagós por militares portugueses. Interessava sobretudo – tanto ao regime guinéu como aos soviéticos –, que o golpe-de-mão se efectivasse sem que a segurança de Amílcar Cabral e/ou as tropas guineanas fossem previamente colocadas em estado-de-alerta, permitindo tal omissão voluntária aproveitar a operação portuguesa para ganhar em dois tabuleiros: consentindo por um lado, na desejável decapitação de um secretariado do PAIGC já desalinhado de pretensões hegemónicas sobre a “Grande Guiné”; e por outro, manipulando tais circunstâncias, para que ‘a posteriori’ Sekou Touré possa justificar internacionalmente, quer mais uma purga sanguinária nos quadros militares e do partido único, quer a “aceitação” da presença nas suas águas de uma força naval soviética. Assim se explica claramente por que motivos, no momento da dita “invasão de Conackry”: se desconheça o paradeiro de Sekou Touré; seja quase nula ou ineficaz a reacção das suas tropas; e os MIG’s, retirados 2 dias antes do aeroporto, nem sequer tenham surgido sobre a força naval portuguesa);

<sup>12</sup> (Lobato, op.cit);

<sup>13</sup> (resumo cf a “Alvorada em Abril” de Otelo);

<sup>14</sup> (fim do report do CTG.2 sobre a “Mar Verde”);

<sup>15</sup> (Múrias, op.cit pp.261/2);

<sup>16</sup> (Afonso e Gomes, op.cit pp.592);

<sup>17</sup> (não justificou?!... mas aparentemente o consenso, passados 25 anos, demonstra o inverso);

<sup>18</sup> (Spinola, entrevista Expresso 30Abr94);

<sup>19</sup> (António Lourenço de Sousa Lobato, prisioneiro desde 22Mai63; António Castro, desde 12Jan68; António Júlio Rosa, Geraldino Marques Contino e Victor Manuel de Jesus Capitulo, desde 03Fev68; António Ângelo Duarte, David Nóbrega Pedras, Domingos Noversa da Costa, Francisco Gomes da Silva, João da Costa Sousa, José Manuel Moreira Duarte, José Neto Vaz, José dos Santos Teixeira, José da Silva Morais e Luis Salvador Antunes Almeida Vieira, desde 11Abr68; Agostinho da Silva Duarte, Manuel Augusto Leite Silva, Jerónimo Manuel de Sousa e Rui Rafael Garcia, desde 21Mai68; Jacinto Madeira Barradas, desde 18Jun68; Francisco Manuel Monteiro, desde 11Jul68; José Manuel Alves Vieira e Manuel Fernando Pestana, desde (data não apurada); Jorge de Freitas Lourenço, civil prisioneiro desde (data não apurada); Manuel Marques de Oliveira, prisioneiro desde (data não apurada); e Rafael Jorge Fonseca Ferreira, desde 20Jul70);

<sup>20</sup> (Thomaz, op.cit pp.134/5);

<sup>21</sup> (ex-diplomata guinéu Sylla Karifa, Paris 23Jan73);

<sup>22</sup> (todas estas absurdas e extemporâneas bravatas de antigos dirigentes do PAIGC – reproduzidas ‘ipsis verbis’ pelo jornalista “de investigação” José Pedro Castanheira, na sua citada obra e sem quaisquer comentários –, são facilmente contestáveis não apenas pela já desmontada factualidade e concomitante argumentação aduzida, mas principalmente por que, sabedor antecipado do que ia suceder, em 20Nov70 Sekou Touré se ausentou de Conackry e a ninguém avisou, precisamente na fundada expectativa de colher dividendos políticos tanto internacionais como internos, e – no caso – contra o secretariado do PAIGC que ficará debilitado e ainda mais dependente da geopolítica local pretendida pelo regime ditatorial guinéu; por outro lado, como é sabido, nunca o PAIGC possuiu “exército” algum – e muito menos na retaguarda, encontrando-se à data os seus diversos bigrupos de guerrilha dispersos pelas fronteiras sul, norte e leste da Guiné Portuguesa –, sendo que a maioria «das forças do PAIGC ali estacionadas» em Conackry é um agregado heterogéneo de combatentes guineenses feridos ou em convalescença, quadros caboverdeanos e emigrantes residentes nos bairros periféricos; e ainda o tal “exército” do PAIGC, como ficará demonstrado pouco mais de dois anos decorridos, vai ser pronta e eficazmente desbaratado na madrugada de 24Jan73 pelas tropas do presidente guinéu);

<sup>23</sup> (Castanheira, op.cit pp.190/1);

<sup>24</sup> (Luis Cabral, em 13Jan95 a Freire Antunes)



fotografia de Jorge Simão, fin "Revista Expresso" n.º 1309

1 - Guilherme Almor de Alpoim Calvão, comandante da Operação Mar Verde 2 - Raul Eugénio Dias da Cunha e Silva, comandante da Equipa de Resgate



- 1 - António Júlio Rosa (nascido em 1946 em Abrunhosa-a-Velha, Mangualde): alferes miliciano atirador, da CArt1743; aprisionado pelo PAIGC em 03Fev68
- 2 - Luís Salvador Antunes de Almeida Vieira (nascido em 1945): soldado 01522866, da CArt1690; aprisionado pelo PAIGC em 11Abr68
- 3 - António Lourenço de Sousa Lobato (nascido em 1938 na aldeia de Sante, Melgaço): sargento piloto-aviador do AB2; aprisionado pelo PAIGC em 22Mai63
- 4 - José Vieira Lauro (nascido em 1944 no Granjal, Leiria): soldado 202/65 da CCac1423; aprisionado pelo PAIGC em 10Out65 e entregue à CVI-Dacar em 15Mar68
- 5 - Rafael Jorge Fonseca Ferreira (nascido em 1947 em Alcanhões): soldado 06220468, da CCac2588; aprisionado pelo PAIGC em 20Jul70
- 6 - Agostinho da Silva Duarte (nascido em 1945 em Covelo de Paivó, Viseu): soldado atirador, da CArt1612; aprisionado pelo PAIGC em 21Mai68
- 7 - José Neto Vaz (nascido em 1944 em Torres Novas): furriel miliciano 8865/64-D, da CArt1690; aprisionado pelo PAIGC em 11Abr68
- 8 - António Ângelo Duarte (nascido em 1945): soldado 02269766, da CArt1690; aprisionado pelo PAIGC em 11Abr68
- 9 - Victor Manuel de Jesus Capítulo (nascido em 1945 em Santana, Sesimbra): soldado CAR/Tms de infantaria 03468066, da CArt1743; aprisionado pelo PAIGC em 03Fev68
- 10 - Geraldino Marques Contino (nascido em 1945 em Envendos, Mação): primeiro-cabo operador-cripto 09352666, da CArt1743; aprisionado pelo PAIGC em 03Fev68
- 11 - Jerónimo Manuel de Sousa (nascido em 1945 em Santa Eulália): soldado atirador, da CArt1612; aprisionado pelo PAIGC em 21Mai68
- 12 - Jacinto Madeira Barradas (nascido em 1945): soldado; aprisionado pelo PAIGC em 18Jun68
- 13 - Manuel Augusto Leite Silva (nascido em 1945 em São Tomé de Negrelos, Santo Tirso): soldado condutor-autor, da CCS/BAR1896; aprisionado pelo PAIGC em 21Mai68
- 14 - José dos Santos Teixeira (nascido em 1945): soldado 02253566, da CArt1690; aprisionado pelo PAIGC em 11Abr68
- 15 - Manuel Marques de Oliveira (nascido em 1944 em Vila de Senhorim, Nelas): soldado; aprisionado pelo PAIGC em (data não apurada)
- 16 - José da Silva Morais (nascido em 1945): primeiro-cabo 01533966, da CArt1690; aprisionado pelo PAIGC em 11Abr68

---

publicações citadas:

- «Carta Aberta às Vítimas da Descolonização», Jacques Soustelle; ed. Parceria A.M.Pereira, Lisboa 1972
- «De Conackry ao MDLP», Alpoim Calvão; ed. Intervenção, Lisboa 1976
- «O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril», Silva Cunha; ed. Atlântida, Coimbra 1977
- «Últimas Décadas de Portugal - vol IV», Américo Thomaz; ed. FP, Lisboa 1983
- «15 Anos da História Recente de Portugal», Gonçalves Ferreira (coord.); tip. António Coelho Dias, Lisboa 1985
- «No Segredo dos Deuses», Ockrent/Marenches; ed. Referendo, Amadora 1988
- «Ordem para Matar», Luís Queba Sambú; ed. Referendo, Amadora 1989
- «Quem mandou matar Amílcar Cabral?», José Pedro Castanheira; ed. Relógio d'Água, Lisboa Abril.1995
- [«Liberdade ou Evasão», António Lobato; ed. Erasmos, Lisboa Dezembro.1995](#)
- «A independência da Guiné-Bissau e a Descolonização Portuguesa», António E. Duarte Silva; ed. Afrontamento, Porto Marçó.1997
- «Guerra Colonial (Angola, Guiné, Moçambique)», Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes (coord.); ed. Diário de Notícias, Lisboa Setembro.1997
- «Expresso reúne ex-prisioneiros», José Manuel Saraiva; revista "Expresso", Lisboa 29Nov1997
- «A Descolonização da África Portuguesa», Norrie MacQueen; ed. Inquérito, Lisboa Junho.1998
- «De Salazar a Costa Gomes», Manuel Maria Múrias; ed. Nova Arrancada, Lisboa Agosto.1998
- «O Fim do Estado Novo e As Origens do 25 de Abril», Jaime Nogueira Pinto; ed. Difel, Lisboa 1999
- «A Destruição de Um País», George Wright; ed. Caminho, Lisboa 2001
- «Quase Memórias», António de Almeida Santos; ed. Círculo de Leitores, Lisboa 2006

---

mais bibliografia, consultar em..

[http://ultramar.terraweb.biz/06livros\\_Ant%C3%B3nio%20Lu%C3%ADs%20Marinho.htm](http://ultramar.terraweb.biz/06livros_Ant%C3%B3nio%20Lu%C3%ADs%20Marinho.htm)

[http://ultramar.terraweb.biz/06livros\\_AntonioJulioRosa.htm](http://ultramar.terraweb.biz/06livros_AntonioJulioRosa.htm)